



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

Anticorrupção - Transparência - Integridade

RASTREIO DA DESPESA PÚBLICA

Sector de Saúde e Educação

**GOVERNO DE NAMPULA GASTA MILHÕES DE METICIAS NA CONSTRUÇÃO
DE SALAS DE AULAS E UNIDADES SANITÁRIAS ABANDONADAS**



FICHA TÉCNICA:

Título: Rastreio da Despesa Pública:

- Governo de Nampula gasta milhões de meticais na construção de salas de aulas e unidades sanitárias abandonadas

Sectores: Saúde e Educação

Autora: Estrela Charles

Assistente de Pesquisa: Ben Hur Cavelane

Revisão de Pares: Aldemiro Bande e Gift Essinalo

Director: Edson Cortez

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Revisão Linguística: Samuel Monjane

Colaboração local:



Assistência técnica:



Maputo, Outubro de 2022

Sector de Educação

- Construção de salas de aulas com material precário contraria discurso Governamental de Construção Resiliente.
 - Obras com mais de 90% dos recursos desembolsados e a execução física em menos de 50%.
 - Pontos de lavagem de mãos não foram construídos.
 - Cerca de 85% das obras estão inacabadas e/ou abandonadas pelos empreiteiros.
- Corrupção tem estado a minar ambiente de negócios a nível da Província de Nampula – *“vou preso, mas não vou sozinho”*

Sector de Saúde

- Obras paralisadas e uso de material de construção de baixa qualidade marcam as unidades sanitárias em construção.
- Insuficiência de material médico-cirúrgico continua sendo um desafio na Província de Nampula
 - Há unidades sanitárias a funcionar sem energia elétrica
 - Centros de saúde com apenas um kit de parto e sem sanitários para os pacientes
- Parturientes fazem as suas necessidades biológicas e a higiene pessoal ao ar livre o que muitas vezes obriga a altas antecipadas



ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS	6
SUMÁRIO EXECUTIVO	7
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO	9
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	9
1.2 METODOLOGIA E LIMITAÇÕES	10
1.3 CONTEXTO GERAL DOS RECURSOS EXECUTADOS NA PROVÍNCIA DE NAMPULA: FOCO NOS SECTORES DE EDUCAÇÃO E SAÚDE	11
CAPÍTULO II: SECTOR DE EDUCAÇÃO	13
2.1 NOTAS INTRODUTÓRIAS	13
2.2 ESTÁGIO GERAL DAS OBRAS E DESAFIOS ENFRENTADOS	14
2.2.1 Do ponto de vista da Direcção Provincial de Educação	14
2.2.2 Classificação das obras em termos de execução física	19
2.3 DISTRITO DE RIBÁUÈ	20
2.3.1 EPC de Mope	21
2.3.2 Escola Primária e Completa Mavili	25
2.3.3 Escola Secundaria de Cunle	27
2.4 DISTRITO DE MECONTA	28
2.4.1 EPC de Namialo	29
2.4.2 EPC de Imputo	31
2.4.3 Escola Primaria e Completa de Napepere	32
2.5 DISTRITO DE MOSSURIL	33
CAPÍTULO III: SECTOR DE SAÚDE	37
3.1 NOTAS INTRODUTÓRIAS	37
3.2 PARECER DO EMPREITEIRO SOBRE OS DESAFIOS DO SECTOR DE SAÚDE	38
3.3 DISTRITO DE RIBÁUÈ	39
3.3.1 Hospital Rural de Ribáuè	39
3.3.2 Centro de Saúde de Yapala-Monapo	42
3.3.4 Novas construções – Centro de Saúde na Localidade de Roieque	43
3.4 DISTRITO DE MECONTA	45
3.4.1 Centro de Saúde de Corane	45
3.5 DISTRITO DE MOSSURIL	48
3.5.1 Centro de Saúde de Chocas Mar	48
CAPÍTULO IV: CONCLUSÕES RECOMENDAÇÕES	51
ANEXOS	52
ANEXO 1: NOTA DO GOVERNADOR DA PROVÍNCIA DE NAMPULA E CARTA DO CIP SOLICITANDO INFORMAÇÕES	52
ANEXO 2: MAPA RESUMO DO PAGAMENTO DOS CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO DE SALAS DE AULAS	53

LISTA DE ABREVIATURAS

AEMPRESA	Associação dos Empreiteiros da Província de Nampula
CGE	Conta Geral do Estado
CIP	Centro de Integridade Pública
CS	Centro de Saúde
DPE	Direcção Provincial de Educação
DPS	Direcção Provincial de Saúde
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento da Terra
EPC	Escola Primária Completa
HR	Hospital Rural
INE	Instituto Nacional de Estatística
OGDP	Órgãos De Governação Descentralizada Provincial
PAV	Programa Alargado de Vacinação
PESOD	Plano Económico e Social e Orçamento Distrital
PESOP	Plano Económicos e Social e Orçamento Provincial
SDSMAS	Serviços Distritais de Saúde, Mulher e Acção Social
US	Unidade Sanitária

SUMÁRIO EXECUTIVO

O rastreio da despesa pública é uma actividade que, para além do simples exercício de seguir o dinheiro gasto pelo Governo, visa avaliar se o envelope de recursos públicos inicialmente previsto foi efectivamente executado na sua totalidade e para o propósito pretendido, no tempo previsto e com a qualidade desejada. Portanto, é uma actividade de extrema importância, sobretudo no contexto moçambicano onde os níveis de transparência orçamental e de prestação de serviços públicos, sobretudo nos sectores sociais, estão muito aquém do desejado.

É neste sentido que o Centro de Integridade Pública (CIP) toma esta actividade como prioritária e regular, desde a sua fundação como instituição, por entender que é preciso trazer para o nível central a realidade local que poucas vezes é evidenciada, devido ao carácter centralista das Finanças Públicas em Moçambique.

Este relatório abarca dois sectores sociais considerados prioritários: a Educação e a Saúde. Escrutina a execução de recursos direccionados a infra-estruturas em três distritos da Província de Nampula, Ribaué, Meconta e Mossuril, nos anos 2020 e 2021.

Uma das limitações do estudo prende-se com a não disponibilização de acesso à informação por parte do Governador da Província. Durante a fase da recolha de dados, o Governador de Nampula, eleito pelo povo, Manuel Rodrigues, orientou às Direcções Provinciais de Saúde e de Educação a não partilhar informação financeira com os investigadores do CIP, uma atitude que a instituição repudia veementemente e chama a atenção de que um dos principais princípios da descentralização é a promoção da transparência a nível local.

De forma geral, a equipa do rastreio descreve o cenário das infra-estruturas locais nestes sectores como sendo crítico. Cerca de 85% das infra-estruturas de educação, cuja conclusão estava prevista para Janeiro e Fevereiro de 2022, encontra-se em estado de abandono. No sector de saúde, as infraestruturas existentes estão em estado precário, o que obriga a que os utentes recebam altas antecipadas por falta de condições condignas nas Unidades Sanitárias.

Sector da educação

No ano 2021 o sector da educação na Província de Nampula planificou a construção de 191 salas de aulas temporárias (espaços temporários); de 313 salas mistas; de 17 sistemas de abastecimento de água e de 420 pontos de lavagem de mãos. Estes empreendimentos foram orçados em 428,47 milhões de MT dos quais 302.03 Milhões foram pagos (cerca de 70%).

Da visita efectuada às escolas beneficiárias, constatou-se que apesar de terem sido desembolsados cerca de 90% do valor, das 21 salas de aulas temporárias previstas para construção nos distritos de Ribaué, Meconta e Mossuril nenhuma está em uso. Casos mais graves encontram-se no distrito de Meconta onde as salas de aulas se encontram numa execução física abaixo de 25%.

Em relação às salas mistas, o distrito de Mossuril não beneficiou de nenhuma. Os distritos de Meconta e Ribaué beneficiaram de 15 salas, cada uma num valor de 11,14 e 13,69 milhões de MT, respectivamente. Destas, apesar de mais de 80% do valor já ter sido desembolsado, as obras encontram-se paralisadas.

Os sistemas de abastecimento de água, orçados em 31,02 milhões de MT dos quais 20,48 milhões (66%) já foram pagos aos empreiteiros, não foram localizados em algumas escolas no distrito de Ribaué. Entretanto, o relatório da Direcção Provincial de Educação (DPE) indica o nível de execução de 100%. No distrito de Meconta estas obras estão abandonadas.

Os pontos de lavagem de mãos, orçados em 11.79 milhões dos quais 5,02 foram pagos, não foram localizados nas escolas visitadas e o Governo provincial não forneceu informações detalhadas sobre os locais em que foram implantados estes pontos e o estado físico em que as mesmas se encontram.

De referir que as construções acima mencionadas, foram desenhadas no âmbito da prevenção do combate à pandemia da COVID-19, com o principal objectivo de manter o distanciamento entre os alunos e garantir a

sua higiene. O Ministério da Educação autorizou às Direcções Provinciais¹ a aplicar o regime excepcional de contratação pública (ajuste directo), dada a urgência na realização da actividade.

As construções deveriam ter sido todas concluídas até fevereiro de 2022 (início do ano lectivo do ano 2022). Entretanto, até ao momento da realização do rastreio (Julho de 2022) cerca de 80% das salas de aulas encontravam-se abandonadas e não concluídas, os pontos de lavagens de mãos inexistentes e os sistemas de abastecimento de água estavam paralisados.

Sector da saúde

O sector de saúde em Nampula planificou, para o ano 2021, a construção de dois novos centros de saúde tipo II, nos distritos de Ribaué e Erati, e a reabilitação de três unidades, nomeadamente o Centro de Saúde Chocas mar, o Centro de Saúde de Corane, e a reabilitação do edifício da Direcção Provincial de Saúde, na cidade de Nampula. Estes empreendimentos foram orçados em 46 milhões de MT, pagos na totalidade aos empreiteiros.

As obras de construção do Centro de Saúde no posto administrativo de Roieque, no valor de 17,73 milhões, deveriam ter sido concluídas e entregues até junho de 2022. Entretanto, até Julho encontravam-se em curso, com uma execução de menos de 40%.

A reabilitação e ampliação do Centro de Saúde Chocas Mar enferma de vários problemas, desde o uso de material de péssima qualidade, fendas nas portas e janelas, rachas nas paredes, entre outros. A obra, também, encontra-se fora dos prazos para a entrega. De ressaltar que foram 3,75 milhões orçamentados e pagos para a reabilitação.

Em relação à reabilitação do Centro de Saúde de Corane, foram desembolsados 1,75 milhões de MT. Entretanto não existe nenhum vestígio de reabilitação. A responsável do centro informou que se iniciou com a pintura e com algumas reparações que foram posteriormente destruídos pelo ciclone Gombe, em Março de 2022.

Ressaltar que no sector da saúde, para além das infraestruturas novas e reabilitadas, a equipa do rastreio visitou outras unidades sanitárias onde constatou que a maior parte delas não dispõe de sanitários para os doentes. As maternidades não possuem *kits* de partos completos e os materiais usados não são esterilizados.

¹ Ofício n 445/GM/MINEDH/042/2021 de 30 de Abril de 2021

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

O rastreio da Despesa Pública é uma actividade desenvolvida pelo Centro de Integridade Pública (CIP) no âmbito do cumprimento do seu plano de actividades a nível do pilar das Finanças Públicas. Para a instituição é uma actividade de tamanha importância pois permite analisar, de forma detalhada, até que ponto tem havido provisão de serviços públicos de qualidade a nível mais descentralizado do país.

Este relatório foca-se no sector de Educação e Saúde, a nível da Província de Nampula, a capital do Norte do país. Trata-se de uma Província que conta com cerca de 6,2 milhões de habitantes², é a mais populosa do país com cerca de 20,4% da população de todo o país sendo, a maioria constituída por mulheres, cerca de 51,2%.

Até 2020³, a rede escolar no ensino primário na Província era composta por 2.233 e 1.073 escolas do 1º ciclo⁴ e 2º ciclo⁵ respectivamente, para um universo de cerca de 2,2 milhões de alunos e um rácio médio de 59 (aluno-professor), acima da média nacional de 56, para este nível. No ensino secundário, a rede escolar era composta por 94 e 57 escolas no 1º ciclo⁶ e 2º ciclo⁷ respectivamente, para um universo de pouco mais de 200 mil alunos e um rácio médio aluno professor de 72, igualmente acima da média nacional de 63 para este nível.

Em termos de infra-estruturas de saúde, até 2020, Nampula dispunha de 244 unidades sanitárias do Serviço Nacional de Saúde, sendo a segunda Província com mais infra-estruturas neste sector depois da Zambézia com 272.

Especificamente, este relatório tem como principal finalidade apresentar uma análise do estágio das infra-estruturas de educação e de saúde, programadas e efectivamente construídas na Província de Nampula no período de 2020 a 2022, apresentando informação sobre gastos incorridos versus estágio das obras (execução física) e desafios enfrentados.

No sector de educação, a análise cobre, ainda, outros aspectos como a gestão do livro escolar, as carteiras escolares, os recursos humanos, entre outros temas relacionados com o sector. Quanto ao sector de saúde, o relatório cobre adicionalmente aspectos ligados a recursos humanos afectos ao sector, a gestão administrativa das unidades sanitárias, incluindo a gestão de medicamentos.

De forma geral, a equipa de rastreio descreve a Província de Nampula como uma Província com um ambiente político desfavorável para actividade de rastreio, devido a várias dificuldades impostas pelos governantes locais, principalmente na disponibilização de informação financeira, uma situação que já devia ter sido colmatada sobretudo num cenário em que passam mais de 2 anos e meio após a eleição dos órgãos de governação descentralizada provincial (OGDP).

A maior limitação enfrentada pela equipa de pesquisa durante o trabalho de campo foi a instrução dada pelo governador da Província, Manuel Rodrigues⁸, eleito pelo povo a manifestar contrariedade em relação à actividade de rastreio conduzida pelo CIP, um cenário que vai contra o princípio de descentralização que visa trazer mais transparência e prestação de contas a nível da Província. Esta acção limitou o acesso a algumas entidades públicas por parte da equipa de rastreio a algumas entidades públicas, mas não inviabilizou o trabalho, com efeito, o CIP repudia veementemente a atitude do governador eleito e apela ao cumprimento integral dos princípios da descentralização.

No que diz respeito à verificação física de infra-estruturas, foram eleitos três distritos Ribáuè, Meconta e Mossuril, e a análise geral permite descrever o cenário como sendo crítico. Por exemplo, tanto no sector de educação como no de saúde, a equipa de rastreio estima que 40% das obras estão paralisadas, 45% em curso e apenas 15% foram entregues.

2 Anuário Estatístico do Instituto Nacional de Estatística 2020

3 Último ano com dados disponíveis publicamente (Anuário Estatístico INE 2020)

4 De primeira a quinta classes

5 De sexta a sétima classes

6 De oitava a décima classes

7 De décima primeira a décima segunda classes

8 Vide anexo 1 e <https://www.cipmoz.org/pt/2022/07/12/governador-da-provincia-de-nampula-orienta-as-direcoes-provinciais-a-nao-fornecer-informacao-financieira-referente-a-construcao-de-salas-de-aulas-e-centros-de-saude-orcados-em-mais-de-670-milhoes-de-mt/>

Neste último grupo, concluiu-se que as obras não estão nas condições desejadas⁹. A justificativa por detrás destes problemas, por parte dos empreiteiros, é a falta de desembolsos atempados, corrupção, falta de clareza do Governo da Província e rejeição das infra-estruturas por parte da população.

Em termos de estrutura, o relatório está dividido em três capítulos. Onde inicia com o sumário executivo e de seguida apresenta o capítulo I, que contém a introdução; metodologia e limitações; e a apresentação do contexto geral da Província. Neste capítulo a informação principal a ser captada é a descrição do volume de recursos internos e externos mobilizados e canalizados para o sector de educação e saúde na Província de Nampula.

No capítulo II e III é feita uma análise ao sector da educação e saúde respectivamente. Nestes capítulos são detalhadas as entrevistas semi-estruturadas realizadas nos encontros entre a equipa de rastreio e representantes da Direcção Provincial de Educação e da Associação dos Empreiteiros na província de Nampula. Estes capítulos contêm ainda, a descrição do contexto e dos principais *findings* verificados nos três distritos que são alvo deste rastreio, portanto cobre também aspectos mais específicos e localizados. No capítulo IV e último, são apresentadas as conclusões e as principais recomendações.

1.2 Metodologia e Limitações

O rastreio da despesa pública é uma actividade executada com base numa conjugação de métodos e técnicas de pesquisa que incluem, pesquisa documental, entrevistas, e verificação física.

Para este rastreio, o CIP baseou-se em:

Pesquisa Documental - que consistiu na consulta e análise dos documentos orçamentais dos anos 2020 e 2022, nomeadamente Orçamentos do Estado Aprovados; Planos Económicos e Sociais; Relatórios de Execução Orçamental; Planos Económicos e Sociais e Orçamento Provincial (PESOPs) e respectivos balanços; Planos Económicos e Sociais e Orçamentos Distritais (PESODs) e respectivos balanços; Plano Estratégico da Província de Nampula, Plano Estratégico do Sector de Educação; e outros documentos relevantes para o estudo.

Entrevistas – Foram feitas entrevistas semi-estruturadas a actores-chave a nível da direcção provincial de educação, ao representante dos empreiteiros, a nível da Província, e a outros actores relevantes nos distritos visitados.

Verificação física - consistiu em visitas a diversas infra-estruturas escolares localizadas nas localidades e comunidades dos distritos-alvo da actividade de rastreio.

A maior limitação desta actividade foi a falta de acesso a certos dados estatísticos pelo facto de a equipa de rastreio ter sofrido bloqueios devido a ordem dada pelo Governador da Província, Manuel Rodrigues no intuito de inviabilizar a actividade de rastreio.

A equipa de rastreio suspeita que a instrução do Governador da Província tenha contribuído para a falta de resposta ao pedido de encontro, por parte da Direcção Provincial de Saúde, uma situação que limitou a colecta de informação no sector de saúde.

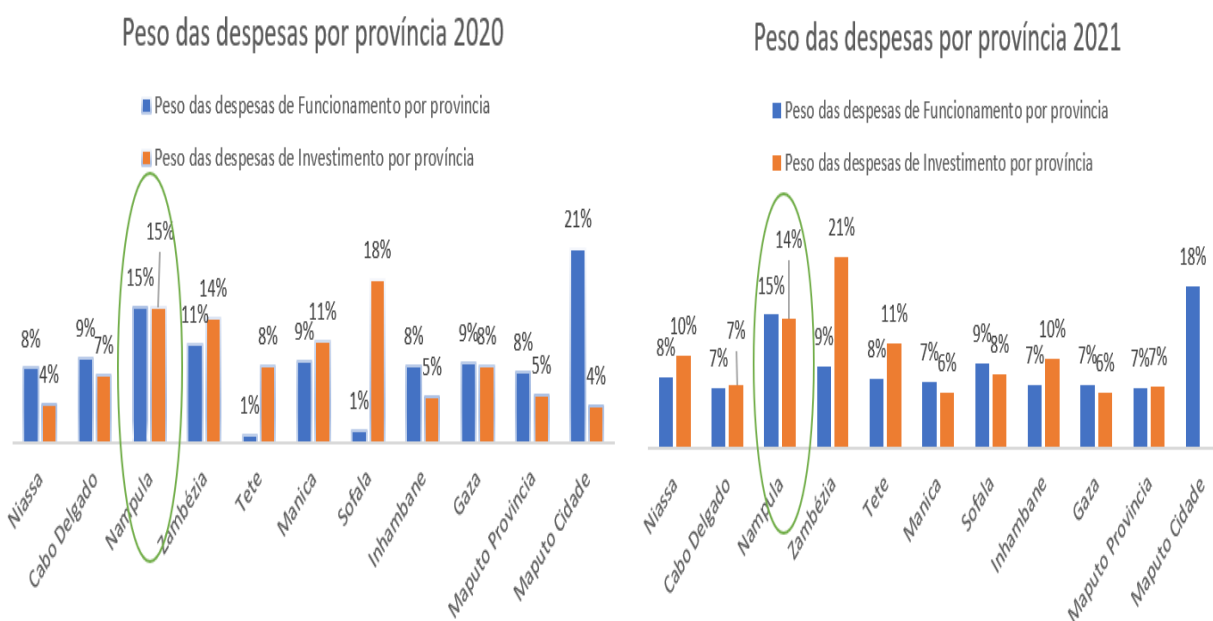
⁹ As paredes apresentam rachas, algumas janelas e portas não fecham, a pintura está a descascar.

1.3 Contexto geral dos recursos executados na Província de Nampula: Foco nos sectores de Educação e Saúde

De acordo com o censo populacional de 2017, a Província de Nampula continua sendo a mais populosa do país, com cerca de 6,2 milhões de habitantes. Tem uma área de cerca de 81.606 km² e uma densidade populacional de cerca de 76 habitantes por km²¹⁰. Este quadro exige priorização na mobilização e execução de recursos públicos para fazer face às necessidades da população da Província.

Entretanto, quando analisado o padrão de execução da despesa, tanto de funcionamento como de investimento, nota-se que a Província de Nampula se situa entre a segunda e terceira posição na ordem de prioridades conforme mostra o gráfico 1.

Gráfico 1: Despesas de Investimento e de Funcionamento por Província



Fonte: Conta Geral do Estado 2020 e 2021

Das despesas executadas nos sectores de educação e saúde, nos dois anos em análise, no que diz respeito às despesas de funcionamento, menos de 0,05% do total de recursos da Província foi executado no sector de saúde enquanto para a educação saiu da fasquia de menos de 1%, em 2020, para perto de 2%, em 2021.

No que diz respeito às despesas executadas na componente de investimentos, tanto na saúde como na educação, nos anos de 2020 e 2021, as despesas executadas não ultrapassaram 0,85% cumulativamente.

Portanto, o que se pode concluir das constatações acima, e que prejudicam a qualidade na prestação de serviços prestados localmente, é que:

- A maior parte dos recursos públicos ainda é bastante centralizada e é orientada para limitar as acções e actividades dos Órgãos de Governação Descentralizada Provincial (OGDP);
- Não há um esforço de (no mínimo) transferir o peso atribuído a estes sectores a nível nacional para o nível local. Por exemplo o sector de saúde teve um peso de cerca de 9,1% e 8,5% em 2020 e 2021 respectivamente, e a educação um peso de 17,8% e 18,4% nos mesmos anos.
- A componente de investimento continuou sendo negligenciada. Apesar do financiamento externo ter maior peso, o nível de execução é baixo (vide tabela abaixo), o que justifica o número alto de obras malparadas, abandonadas e de má qualidade que são descritas ao longo do documento.

¹⁰ Fonte: Anuário Estatístico INE 2020;

Tabela 1: Despesas de Investimento 2020/2021¹¹**Direcção Provincial de Educação – OGD**

Anos	Fundos internos			Fundos externos		
	Dotação inicial	Despesa realizada	Nível de execução	Dotação inicial	Despesa realizada	Nível de execução
2020	22,012.86	10,793.43	49%	272,165.12	16,414.11	6%
2021	21,097.22	21,097.22	100%	649,357.31	261,038.11	40%

Direcção Provincial de Saúde – OGD

Anos	Fundos internos			Fundos externos		
	Dotação inicial	Despesa realizada	Nível de execução	Dotação inicial	Despesa realizada	Nível de execução
2020	13,078.38	13,078.38	100%	98,874.65	35,176.44	36%
2021	44,470.00	44,470.00	100%	117,571.68	82,964.18	71%

¹¹ Fonte: Conta Geral do Estado 2020 e 2021

CAPÍTULO II: SECTOR DE EDUCAÇÃO

2.1 Notas introdutórias

O sector da educação em Nampula planificou construir nos anos 2021 e 2022 cerca de 450 salas de aulas das quais cerca de 90% financiadas com recursos externos, com fundos do Banco Mundial. Destas salas de aulas, a equipa de rastreio estima (baseado em documentos a que teve acesso) que cerca de 40% estão paralisadas, 45% em curso, com mais de 80% de execução, e 15% foram concluídas¹².

As salas de aulas previstas têm designações diferentes: **salas mistas** – construídas usando material local (bambus, tijolo queimado entre outros) e material convencional (bloco e cimento), **salas de emergências** – também designadas salas temporárias, construídas no âmbito da Covid 19, e **salas com material convencional**.

Dentre estas, de acordo com as informações obtidas na Direcção Provincial de Educação, as salas temporárias e mistas estão a ser descontinuadas por não serem aceites em algumas comunidades devido as suas características estas muitas vezes usam chapas de zinco para a construção de paredes das salas e outros materiais que não atendem aos hábitos e costumes da população local e as altas temperaturas da Província. A população prefere o uso de blocos pelo facto de se revelarem mais onerosas em relação as salas de aulas com material convencional.

Dentre os desafios enfrentados que concorrem para o cenário acima descrito, destaque vai para o desembolso tardio de fundos por parte do Ministério da Educação; exigências constantes de comissões por parte de funcionários ligados ao *procurement* público sobretudo aos empreiteiros nacionais; alterações das especificações e características das salas de aulas por parte do Governo da Província; mau ambiente de negócios, entre outros aspectos a serem detalhados a seguir.

Para descrever o contexto geral da Província, a equipa do rastreio esteve em contacto com técnicos da Direcção Provincial de Educação e com o representante dos empreiteiros na Província de Nampula. Destes encontros recolheram-se informações por via de entrevistas semi-estruturada, e outras que foram partilhadas antes do comando enviado pelo governador da Província de não partilhar informação com a equipa no CIP, ocorrido 3 dias depois do início de actividades de rastreio – uma atitude que mostra uma conduta contrária a esperada de um dirigente eleito pelo povo e vai contra o princípio da descentralização.

Nos encontros supracitados foi partilhada informação sobre o Estágio Geral das Obras:

- a) Do ponto de vista da Direcção Provincial de Educação;
- b) Do ponto de vista dos Empreiteiros;

Para além destes aspectos, outros desafios do sector de educação, ligados ao livro escolar, aos recursos humanos e instrumentos e meios de trabalho dos professores, entre outros, serão descritos de forma resumida na secção que apresenta a informação captada na entrevista com a Direcção Provincial de Educação.

¹² Fonte entrevista efectuada a DPE e relatórios anual 2021 do sector de infraestruturas da DPE

2.2 Estágio Geral das Obras e Desafios Enfrentados

2.2.1 Do ponto de vista da Direcção Provincial de Educação

Salas mistas resilientes

No primeiro semestre de 2021, o Governo provincial recebeu orientações do ministério de que beneficiaria do projecto de construção de cerca de 313 salas mistas, com previsão de execução em 6 meses, para que estas fossem usadas ainda durante ano lectivo de 2022. As adjudicações das obras em causa, foram feitas aos empreiteiros nos meses de Setembro e Outubro de 2021. Entretanto, até o presente mês de Julho de 2022, cerca de 82% das obras não foram concluídas, apenas 12% foram concluídas e entregues à Direcção Provincial¹³.

As salas construídas no âmbito do projecto em referência não obedeceram os critérios predefinidos de utilização de material misto. A maior parte das obras visitadas pela equipa de rastreio, foram executadas com base apenas em material convencional, constituído por blocos, cimento e cobertura de chapas de zinco.

Para a justificação desta situação, a direcção responsável pela área de infraestrutura defende que os materiais variam de região em região e havia necessidade de uniformizar a estrutura das salas e, que também algumas escolas encontram-se dentro das zonas municipais. O reduzido custo das obras de material apenas convencional, foi indicado como determinante para a mudança de especificações durante este processo.

Salas temporárias – Espaços temporários de aprendizagem

Em 2021, o Governo recebeu fundos para construção de salas de aulas denominadas espaços temporários, construídas com chapas de zinco de 0,6mm. A ideia de construção de salas de aulas ou espaços temporários consistia na construção de salas de aulas para fazer face a pandemia da Covid-19, com baixo custo de financiamento.

Entretanto, uma parte considerável dos empreiteiros da Província declinou se a aderir o projecto por ser de baixo custo, mas também, segundo explicações do responsável pela área de infra-estruturas do sector, o projecto não foi aceite pelas comunidades por se tratar de chapas de zinco.

Para o responsável do sector, culturalmente, as comunidades da Província de Nampula, apenas usam chapas de zinco para cobertura das infra-estruturas e, não para toda a estrutura conforme indica o projecto. Porém, dos dados colhidos na Província, das 191 escolas projectadas para serem construídas, 50% foram entregues ao sector e às respectivas comunidades e as restantes 50% estão na fase de construção.

Da avaliação feita pela equipa de pesquisa, algumas das obras do projecto em referência, encontram-se abandonadas, conforme indicam as imagens abaixo. E, para as direcções das escolas visitadas, os empreiteiros iniciaram as obras num bom ritmo, entretanto, viriam a ser abandonadas sem nenhuma explicação.

Importa referir que estes espaços temporários, em formas de salas de aulas não foram aceites pela população e edilidades por serem feitos com chapas de zinco. Alega-se que este material emite altas temperaturas no verão. O resultado disso é que grande parte dessas salas de aulas temporárias não está a ser usada. Portanto cerca de **82,2 milhões de meticais¹⁴ foram gastos para infra-estruturas que estão a ser marginalizadas**. Este cenário mostra claramente que não houve envolvimento com as comunidades beneficiárias na fase de concepção do projecto.

Assimetria na indicação de regiões para a construção de salas de aulas

Segundo dados do sector na província, a indicação de zonas para a construção de salas de aulas constitui também um grande problema. O Governo tem estado a construir escolas em localidades com pouca densidade populacional e, em alguns casos, onde já existem escolas. Esta situação é muitas vezes influenciada pelos parceiros de desenvolvimento que financiam a construção de salas de aulas, indicando as comunidades beneficiárias em função dos seus interesses. Sobre isso, sugere-se que é preciso que os governos provinciais tenham capacidade de fazer o mapeamento constante das necessidades da província para, com propriedade, ter capacidade de rejeitar certos projectos que estimulam desigualdade sociais.

¹³ Fonte: balanço das obras campanha 2021 DPE.

¹⁴ Fonte: Direcção Provincial de Educação

Impacto dos desembolsos tardios

De acordo com a Direcção provincial, os desembolsos tardios dos fundos pelos parceiros e a falta de seriedade dos empreiteiros, são os elementos que concorrem para justificar o actual cenário das obras de salas de aulas na Província, e isso acaba criando bloqueios para os empreiteiros e para a própria Província.

Por exemplo, a construção das salas de aulas mistas tinham sido planificadas para serem Outubro/Novembro de 2021 a Janeiro/Fevereiro de 2022. Entretanto até a altura do rastreio realizado no mês de Agosto, boa parte delas estava ainda em cerca de 25% a 50% de execução e poucas conseguiram atingir o nível desejado. Os desembolsos tardios têm criado constrangimentos aos empreiteiros que muitas vezes se vêm sem opção senão de abandonar a obra dados os custos elevados que acarreta continuar num cenário de constante alteração do nível de preço de material.

Conforme indicam as placas de construção visitadas pela equipa de pesquisa, este projecto acima referenciado, indicava um prazo de 6 meses para a construção das salas de aulas em cada escola. Entretanto, a realidade mostra que cerca de 75% das salas de aulas planificadas não foram concluídas e, destas, 55% encontram-se num nível de execução física de 20%, e 15% num estado de quase abandono. Há casos em que o empreiteiro colocou apenas a parte do soalho ou cobertura de chapas e soalho. Apenas 5% do total das salas de aulas encontra-se num nível de execução física de 75%.

Recursos Humanos

Com a Covid 19, e a introdução do sistema de aulas híbrido e semi-presenciais, trouxe ao de cima a grande problemática da escassez de recursos humanos no sector, porque as turmas foram divididas em duas e ou três como medida de prevenção da propagação da doença no país. Durante o período em que a doença apresentou o seu pico, os professores chegaram a fazer várias horas extraordinárias para cobrir o número de turmas existentes.

Em 2022, com a retoma das aulas no regime presencial, a situação da sobrecarga de trabalho para o professor melhorou, porém, o sector voltou ao crónico problema das salas de aulas com um número acima de 55 alunos por turma, que também constitui um grande desafio no sistema de ensino e aprendizagem. De acordo com o responsável provincial para o sector pedagógico, um dos grandes desafios que o sector enfrenta é da falta de salas de aulas nas escolas, o que contribui para o elevado número do rácio aluno-professor.

Imagem 1: Salas de aulas superlotadas Província de Nampula



Requalificação das escolas para atender a reforma curricular no país

Em relação à requalificação do ensino secundário, o entrevistado explica que a nova política de transferir a 7ª classe para o nível secundário é precipitada pelo facto das EPCs não terem condições de leccionar alunos do secundário do ponto de vista de infra-estrutura e falta de professores para atender a esta nova abordagem. Para o entrevistado esta medida devia ser gradual, ou seja, devia-se requalificar as escolas, capacitar os professores e depois avançar para esta política, sugerindo que a mesma não toma em consideração as reais condições do país.

Para reforçar este aspecto, explica que o Ministério da Educação e as direcções provinciais têm realizado reuniões nos diferentes níveis para discutir a questão da reforma curricular. Entretanto, a discussão aborda apenas as questões teóricas de conteúdos curriculares, sem se quer avaliar as condições das infraestruturas existente e em fase de construção.

Para os gestores do sector, especificamente afectos a área pedagógica, há alguns elementos que podem constituir barreiras no processo de introdução dos novos currículos para o ensino primário e básico, destacando a qualidade das infraestruturas, a falta de recursos humanos com qualificação e capazes de dar seguimento ao projecto e, a falta de carteiras e a insuficiência de materiais didáticos.

No actual sistema ou currículo de ensino, a falta de instrumentos de trabalho, tais como, manuais; livros de turma, livros de ponto, programa de ensino e cadernetas, também constitui um dos grandes desafios no processo de ensino e aprendizagem.

Distribuição de carteiras

Durante o período em análise, a província recebeu uma dotação orçamental de 3 577.400 milhões de meticais para aquisição e distribuição de 4500 carteiras. Até a data da visita de pesquisa, em Agosto, do valor total, o Governo teria enviado apenas 50% para cobrir a despesa em causa.

A distribuição da carteira escolar na província de Nampula não obedece aos critérios justos de distribuição pois, de acordo com os profissionais do sector, as carteiras são distribuídas às escolas com infra-estruturas degradadas, sem condições para garantir a durabilidade das mesmas.

A equipa de pesquisa visitou algumas salas de aulas que beneficiam de carteiras, tendo verificado que parte delas apresentavam problemas de infiltração, má qualidade de cobertura, falta de portas e janelas, comprometendo a sua segurança. Também foi possível verificar que o material utilizado para a construção das carteiras escolares não resiste à água por tratar-se de um material de baixa qualidade.

Imagens da EPC de Rioque que beneficiou de carteiras escolares, mas as mesmas ficam ao relento acelerando a sua degradação.

Imagem 2: Carteiras escolares praticamente ao relento a degradarem-se





Instrumentos e meios de trabalho dos professores

Em Nampula há escassez de material escolar, nomeadamente manuais do professor, livros de turma entre outros. Sobre este problema, a DP explica que tem havido recorrentes solicitações ao Ministério da Educação sem resposta atempada.

O entrevistado da DP lamenta que tem havido negligência constante em relação ao bem-estar do professor porque na maior parte das escolas há falta de sala dos professores, que é um local importante onde o professor pode preparar-se para as aulas garantindo maior qualidade de ensino.

Sistemas de abastecimento de água

No âmbito da COVID-19 foi planificada a construção de 546 pontos de lavagem de mão, no valor de 11,8 milhões de meticais, tendo já sido executados cerca de 43%. Entretanto grande parte destes pontos de lavagem de mãos construídos em Nampula está inoperacional.

Tabela 2: Informação sobre recursos despendidos em pontos de lavagem de mão (valores em MT)

	Quantidade	Valor Total da obra	Valor Total pago	Nível de execução financeira
Pontos de lavagem de mão	546	11 786 579,02	5 022 075,54	43%

Fonte: DPE - Nampula

Gestão dos espaços escolares

Urge a necessidade de elaboração de um plano ou projecto de construção de muros de vedação das escolas e de legalização dos espaços, solicitando DUATs. De acordo com os gestores escolares, o espaço escolar tem sofrido invasões. Em alguns casos, professores e outros profissionais, da saúde por exemplo, ocupam os espaços para a construção de casas próprias. Também são registadas situações de invasão pela comunidade para colocação de barracas e outras infraestruturas para actividades comerciais e para a pastagem de animais. Para os profissionais do sector, a invasão dos espaços escolares concorre para o fraco desempenho dos alunos por causa das distrações.

2.2.2 A versão dos Empreiteiros

A equipa de pesquisa também teve uma conversa com o Presidente da Associação dos Empreiteiros da Província de Nampula (AEMPREENA). A principal mensagem dos empreiteiros é de que o Governo tem falhado muitas vezes em relação aos compromissos que assina com a classe dos empreiteiros. Mesmo com contratos bem elaborados, o Governo lança tarde os concursos e este atraso leva a atrasos na adjudicação e automaticamente atrasos no desembolso, gerando um atraso em cadeia que faz com que o sistema acabe retendo os valores de um exercício económico para outro.

Com a transição de recursos que deviam ter sido gastos no ano anterior, surgem outras burocracias que ao fim ao cabo acabam prejudicando o empreiteiro. Geram custos em termos de aquisição de material que não são compensados de imediato e isto afecta a sua actividade.

O presidente desta associação explica que o que acontece é que muitos empreiteiros não têm estaleiros para a aquisição de materiais e ou recorrem a empréstimos bancários porque não têm robustez financeira suficiente para adquirirem materiais para as obras. Estes atrasos comprometem a sua capacidade de reembolso do capital e juros aos bancos e acabam sufocando o empreiteiro que se vê obrigado a abandonar a obra.

Um outro aspecto levantado pelo entrevistado é que o início tardio das obras implica assumir custos não previstos na fase de facturação inicial, o que acaba gerando prejuízos porque os preços sobem continuamente e não há espaço para revisão das facturas. Esta situação afecta sobremaneira a qualidade da obra. O entrevistado explica que este cenário aconteceu muito com as salas de aulas mistas, por isso é que há muitas obras malparadas e com má qualidade.

Ainda sobre as salas de aulas mistas, neste processo encontraram desafios também para construí-las com material convencional. Primeiro porque o custo de material é mais alto para construir salas mistas em relação as salas com material convencional, segundo porque a dada altura depois de adjudicados o concurso, houve alteração de planos a nível do Governo de Nampula, ou seja, optaram por salas de material convencional em vez de salas mistas, numa altura em que os empreiteiros já tinham direccionado a aquisição de material para um tipo de obra.

Esta mudança contribuiu também para o a cessação dos desembolsos por parte do Banco Mundial e acabou minando a continuidade destes trabalhos e gerando duplos prejuízos aos empreiteiros primeiro pela aquisição de material das salas mistas, depois pela cessação dos desembolsos.

O entrevistado reclama ainda que há muitos esquemas de corrupção sobretudo com as empresas nacionais. Conta a história de um empreiteiro que recebeu dinheiro para uma obra que não chegou a executar, mas quando inquirido pelas autoridades para as razões da sua conduta, proferiu ameaças nos seguintes termos “*vou preso, mas não vou sozinho*” tendo nesse preciso momento o assunto sido encerrado sem nenhuma responsabilização.

Este tipo de cenário leva a que a mesma obra seja adjudicada várias vezes, (a mesma obra pode ter mais de 3 empreiteiros e mesmo assim ainda não estar a 50% de execução) o que obriga a que a obra transite para o ano seguinte justificando que foi necessário fazer uma adenda ou refazer o orçamento para permitir que seja adjudicado a outro empreiteiro, razão pela qual há várias situações em que a mesma obra tenha diferentes empreiteiros e ao mesmo tempo não termine.

Para finalizar, no geral, o entrevistado refere que o maior problema mesmo são os atrasos de desembolsos e que estes estão a minar o ambiente de negócios em Nampula porque actualmente contribuem negativamente para o acesso ao crédito bancário, sobretudo quando os empresários apresentam como colateral os contratos com o Estado.

“É muito triste que depois de um esforço feito pelo Governo, para o financiamento das obras de construção de infra-estruturas para o benefício das populações, ainda continuemos com casos de abandono total das obras, por parte dos empreiteiros desonestos na nossa Província”, lamentou.

Manuel Rodrigues, manifestou recentemente o seu desapontamento com a contínua desonestidade de alguns empreiteiros, que abandonam as obras públicas depois de receberem dinheiro do Estado, travando assim o desenvolvimento da Província¹⁵.

15 <https://www.nampula.gov.mz/por/Informacao/Noticias/MANUEL-RODRIGUES-VISITA-ALGUMAS-OBRAS-ABANDONADAS-NO-SECTOR-DA-EDUCACAO>

2.2.2 Classificação das obras em termos de execução física

A Província de Nampula apresenta, de forma geral, uma disparidade em termos de classificação feita nos relatórios balanços da DPE sobre a execução das obras e a verificação no terreno. Vários casos são dados como execução física em 97% com a categoria de concluída e a execução financeira em 92%. Entretanto no terreno, as obras estão abandonadas, inacabadas, sem portas e janelas, sem tecto e sem chão. As imagens abaixo mostram essa situação.

Imagem 3: Estágio das obras de construção de salas de aulas



Imagem da escola EPC Rapale considerada concluída e com a execução financeira em 92% sob a responsabilidade do empreiteiro construções Manuel Artur

Imagem 4 escola EPC 1º e 2º grau de Mataveia, considerada a 90% de execução física e com pagamento de 75% de execução financeira. Entretanto as imagens contradizem com os números.

Imagem 4: Escola EPC 1 e 2 grau de Mataveia



2.3 DISTRITO DE RIBÁUÈ

Os Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia de Ribáue executaram, em 100%, um montante cumulativo de cerca de 769,7 milhões de Meticais, nos anos 2020 e 2021, enquanto as despesas de investimento representaram apenas 4% deste montante, dos quais 98% são provenientes de recursos externos.

Em termos específicos, a nível do Distrito de Ribáue, para obter informação foi um desafio devido à excessiva influência política e ao clima de tensão. A equipa de rastreio sofreu limitação de acesso à informação, directamente da Secretária permanente do distrito que alegou que recebera ordens superiores para não partilhar informação.

Entretanto, informações partilhadas por técnicos do sector, referente ao período em análise, dão indicação de que das 31 salas de aulas, tanto mistas como temporárias, entre outras, cerca de 48% estão paralisadas, cerca de 25% estão em curso e apenas 27% estão concluídas como está detalhado abaixo.

Tabela 3: Estágio das Obras de Infraestruturas Escolares em Ribáue

TIPO DE OBJECTO	EMPRESA	ESCOLA	Nº Salas	FASE DA OBRA	Exec. (%) FISICA	Exec. (%) FINANC.
Espaços Temporários	Construções Chame	ES1º _ Cunle	04	Concluída	95.0%	99.5%
		EP1º e 2º _ Mavile I	02	Concluída	95.0%	
Salas Mistas	BTM Construções	EP1º e 2º _ Metaveia	05	Caixilharia (Paralisada)	90.0%	74.9%
		EP1º e 2º _ Mòpe	05	Caixilharia (Paralisada)	90.0%	
		EP1º e 2º _ Mavili I	05	Acabamentos (Em curso)	95.0%	
PCA	HWS Constr.	ES1º _ Cunle	05	Alvenarias (Paralisada)	30.0%	20.0%
PSAA	SAI Drilling	EP1º e 2º _ Novas Ideias	01	Concluída	100.0%	66.0%
		EP1º e 2º _ Nacacanha	01	Concluída	100.0%	
OI OE/2018	SERVITEC	EP1º e 2º _ Cunle	03	Estrutura de Cobertura	60.0%	42.7%

Fonte: DPE Nampula

A equipa de rastreio procedeu à verificação física destas infraestruturas e pôde descrever que até mesmo nas obras concluídas persistem problemas. Vide descrição abaixo na Tabela X, coluna sobre parecer da equipa de rastreio.

Tabela 4: Detalhe de obras construídas e parecer da equipa de rastreio

	Empresa	Escola beneficiária	Nº Salas	Fase da obra	Exec. (%) física (DPE)	Exec. (%) financ.	Parecer da Equipa de Rastreio:
Espaços Temporários	Construções. Chame	ES1º Cunle	04	Concluída	95.0%	99.5%	Obras paralisadas, sem a colocação dos tanques de água, sem a canalização para água da chuva conforme previsto
		EP1º e 2º Mavile I	02	Concluída	95.0%		
Salas Mistas	BTM Construções	EP1º e 2º Metaveia	05	Caixilharia (Paralisada)	90.0%	74.9%	Obra paralisada na fase de viga sem chão sem tecto sem portas
		EP1º e 2º Mòpe	05	Caixilharia (Paralisada)	90.0%		
		EP1º e 2º Mavili I	05	Acabamentos (Em curso)	95.0%		Sem reboco exterior, ainda sem portas e janelas e outros acabamentos

No geral as salas de aulas no distrito de Ribáue estão inacabadas. Há diferenciação entre as obras: Em algumas usou-se material local e em outras, cimento e bloco. Em conversa com um técnico, cuja identidade a equipa prefere omitir para evitar represálias, este confidenciou que o distrito tem um total de 35 escolas e boa parte destas escolas foram construídas sem a devida comunicação com os beneficiários finais.

“O que acontece é que embora o Governo do Distrito e as comunidades locais sejam os beneficiários finais das salas de aulas, estes não são envolvidos no processo de planificação ou identificação das escolas onde são construídas as salas de aulas.”

Segundo relatos do entrevistado, as decisões são tomadas ao mais alto nível, o distrito apenas ouve através de rumores ou dos responsáveis das escolas locais, que existe um grupo de empreiteiros na localidade, a fazer medições nos espaços da escola e a organizar acampamentos para iniciarem a construção das salas de aulas.

Esta situação tem concorrido para o abandono massivo ou constante das obras a nível local porque não há um trabalho rotineiro de fiscalização ao nível do distrito e, porque pouca ou quase nenhuma informação (com a clareza necessária) é partilhada para a devida fiscalização. Os técnicos da área de infraestrutura do distrito e professores, não tem muito a esclarecer sobre a evolução ou paragem e abandono das obras.

A comunicação só acontece quando chega uma brigada do nível central, mas que também só passa pela secretaria distrital para carimbar as guias e, de vez em quando, os seus membros convidam um dos técnicos locais para os acompanhar na monitoria e/ou fiscalização das obras.

Desafios do sector no distrito

Para o distrito, um dos grandes problemas apontados no processo de ensino e aprendizagem, prende-se com o **crescente número de casamentos prematuros** e com o absentismo envolvendo os directores, professores e alunos nas escolas. Assiste-se a situações graves de ausência na escola e nas salas de aulas, justificadas pela falta de condições locais, e/ou por doenças não justificadas.

Distribuição de carteiras no distrito

O distrito recebeu cerca de 250 carteiras para a Escola Secundaria de Cunle. Porém, as mesmas encontram-se depositadas no armazém porque as salas ainda não foram concluídas. A equipa de rastreio visitou a escola em referência e constatou que se encontra numa situação de abandono por parte do empreiteiro. Segundo informações dos responsáveis locais, a obra iniciou em 2019, porém, em Março do mesmo ano, o empreiteiro abandonou-a. Em 2021, o empreiteiro teria retomado com as obras, porém sem avançar muito, limitando-se a colocar alguns barotes para a cobertura.

E, por ser uma obra do interesse do sector, foi iniciado um novo processo de adjudicação de uma outra empresa para concluir o trabalho por se considerar que a primeira empresa a que se tinha adjudicado, tê-la-ia abandonado. Até a visita da equipa de pesquisa, a obra continuava abandonada e os alunos estavam a receber as aulas em salas da escola primária, estando misturados com alunos da primária. Esta situação está a criar problemas no processo de ensino e aprendizagem.

2.3.1 EPC de Mope

A EPC 1º e 2º Grau de Mope conta com um efectivo de 12 professores, 953 alunos distribuídos por 17 turmas, em dois turnos (das 07h as 12h e das 13h as 17:30). Esta escola beneficiou do projecto de construção de 5 salas de aulas, um bloco administrativo e dois sanitários.

A EPC 1 e 2 Grau de Mope beneficiou de 5 salas de aulas mistas sob a responsabilidade da empresa BTM construções¹⁶. De acordo com a DPE a construção esta na fase de acabamentos e classificada em 90% de execução. No terreno a equipa do rastreio verificou que a obra esta abandonada desde Fevereiro de 2022 e encontra se a menos de 90% de execução conforme mostram as imagens abaixo.

A placa de construção indica um prazo de 60 dias contados do início da obra em Dezembro de 2021. Entretanto até Julho momento do rastreio, as obras estavam abandonadas, conforme mostram as imagens 5 e 6.

¹⁶ Nota que a este empreiteiro foi adjudicado um lote de 15 salas de aulas avaliadas em mais de 11 milhões de MT, e, neste momento todas se encontram abandonadas e com uma execucao de menos de 60%. Entretanto a execução financeira mostra um pagamento de 74% do valor da obra.

Estava prevista a construção de 5 salas de aulas, 2 sanitários e 2 pontos de lavagens de mãos. No terreno, a equipa verificou apenas a existência de um bloco de 3 compartimentos, com 2 salas de aulas e 1 bloco administrativo.

A obra está abandonada: sem construção de sanitários, sem construção das demais salas de aulas e sem os pontos de lavagem de mãos, contudo está classificada como 90% de execução, de acordo com a DPE, e já foi efectuado o pagamento de 74% do seu valor.

Imagem 5: Estágio das obras



Os sanitários previstos não foram construídos e os alunos e professores continuam a usar as casas de banhos precárias por eles construídas, conforme mostram as imagens.

Dado o estado em que se encontram as salas de aulas e o abandono da construção de novas salas de aulas, associado à falta de informação por parte dos serviços distritais e do Governo da Província, os professores, com o apoio dos pais e encarregados de educação, estão a construir salas de aulas com recurso a material local.

Imagem 6: Sanitários usados pelos alunos e professores na escola EPC Mope



Imagem 7: Material de construção disponibilizado pela comunidade



Da visita efectuada pela equipa de pesquisa, foi possível constatar que as actuais salas tem problemas de infiltração, ao longo do período chuvoso, as aulas ficam condicionadas, concorrendo para a degradação das carteiras e do pouco que a escola possui.

Imagem 8: Sala de aulas precárias em uso na escola enquanto se aguarda pela conclusão das salas convencionais



Placa do empreiteiro BTM construções Moçambique a quem foi adjudicada, por ajuste Directo, a construção de 15 salas de aulas mistas, neste momento paralisadas e abandonadas com cerca de 75% de execução financeira, cerca de 8,4 milhões de Meticais. Facto curioso é que o alvará da empresa data de 2020, alguns meses antes do lançamento do concurso para as obras, uma situação que suscita questionamentos! Vide a imagem 9

Imagem 9: Placa de construção das salas de aulas



Em conversa com os responsáveis pela escola e com os seguranças da obra estes afirmam que há cinco meses, isto é, desde o mês de Fevereiro, que o empreiteiro não se faz presente na obra, apontando a falta de pagamento de facturas como um dos motivos para o abandono.

A paralisação das obras deixa os profissionais do sector com expectativas goradas, na medida em que os mesmos aguardavam com ansiedade pelas novas salas de aulas, deixando para trás as antigas infraestruturas de material precário. Para os professores, a paralisação das obras, por tempo indeterminado e sem explicação, constitui uma grande frustração pois os mesmos esperavam com elevada expectativa pelas novas instalações.

Porém, para além da frustração dos professores, a comunidade e o grupo de trabalhadores afectos a obra sentem-se frustrados. Como exemplo, a obra em referência deixa para trás um total de 16 trabalhadores sem os respectivos salários a mais de cinco meses. Parte destes são oriundos de outras províncias. A ausência de salários obrigou a acumulação de dívidas com os comerciantes locais, sem nenhuma previsão de liquidação das mesmas.

Diogo Pedro e Aly Saide são dois dos 16 trabalhadores sem salários a mais de 5 meses. Mostram-se frustrados com a situação da empresa pois acabaram por se envolver em dívidas, que variam de 4.500 a 7000mt, com os comerciantes locais e sem previsão de quando irão liquidá-las, isto porque o patronato não tem atendido as chamadas.

Imagem10: Funcionários da obra paralisada vivendo no recinto escolar



A EPC de Mope possui uma média de 90 alunos por turma. Os principais desafios para os professores, para além das salas de aulas precárias, é a falta de livro escolar, principalmente para a 6ª classe do novo currículo. A escola não recebeu livros desta classe o que tem dificultado o processo de ensino e aprendizagem.

2.3.2 Escola Primária e Completa Mavili

A EPC do 1º e 2º grau de Mavili beneficiou da construção de 5 salas de aulas mistas, sob a responsabilidade da empresa BTM construções, e de 2 salas de aulas temporárias, sob a responsabilidade da empresa Construções Chame.

As salas mistas deveriam ser construídas junto com um bloco administrativo e dois sanitários. As obras estão paralisadas: as salas de aulas encontram-se na fase de acabamentos (janelas portas e outros detalhes), conforme mostram as imagens

Imagem 11: Imagem do estágio das obras.



Imagem 12: Estágio dos Sanitário ainda em construção



Imagem 13: Salas de aulas precárias em uso



Da verificação física, efectuada pela equipa de rastreio, foi possível verificar que as obras de construção de salas de aulas de emergência foram parcialmente concluídas. Entretanto, o soalho não foi devidamente colocado, apresentando sinais de baixa qualidade. A escola não tem, igualmente, os tanques de água previstos no projecto inicial.

Em relação as salas de aulas de material misto, a equipa constatou que estas se encontram numa fase de execução física de 70%. Porém, o empreiteiro também abandonou a obra alegando a falta de pagamento de facturas.

Imagem 14: Interior das salas espaços temporários.



2.3.3 Escola Secundaria de Cunle

A Construção da Escola Secundaria de Cunle é um exemplo de construção paralisada e com intervenções de vários empreiteiros na mesma. A construção da escola iniciou em 2017. Não foi possível colher mais informações financeiras sobre a sua devido às limitações impostas pelo Governador da Província. Entretanto informações colhidas no local indicam que a escola já teve a intervenção de 3 empreiteiros.

Neste momento as obras estão paralisadas e abandonadas desde o início do ano. Os guardas estão sem salário desde 2019 e neste momento a escola secundaria funciona no mesmo recinto que a escola primaria, estando a criar constrangimentos, distrações por parte dos alunos.

Imagem 15: Actuais salas de aulas onde se leccionam as aulas da Escola Secundaria de Cunle



Imagem 16: Imagens da Escola Secundaria de Cunle em construção e do respectivo sanitário.



Imagem 17: Imagem da escola secundaria de Cunle



2.4 DISTRITO DE MECONTA

Os Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia de Meconta executaram em 100% um montante cumulativo de cerca de 654 milhões de Meticais, nos anos 2020 e 2021 enquanto as despesas de investimento representaram apenas 4% deste e 96% são provenientes de recursos externos.

De acordo com a informação abaixo partilhada, na tabela abaixo, das obras previstas no período em análise, cerca de 12% estão paralisadas e as restantes estão em curso. Dentro das obras destacadas como estando em curso, parte delas tem um nível de execução financeira muito superior à execução física, o que pode estimular o abandono da obra.

Tabela 5: Estágio das Obras de Infraestruturas Escolares em Meconta

TIPO DE OBJECTO	EMPRESA	ESCOLA	Nº Salas	FASE DA OBRA	Exec. (%) FISICA	Exec. (%) FINANC.
Espaços Temporários	Muluta Construções	EP1º e 2º Namialo	04	Coberturas (Em Curso)	45.0%	83.6%
		EP1º e 2º Corrane	04	Acabamentos (Paralisada)	95.0%	
		EP1º e 2º Imputo Velho	04	Coberturas (Em Curso)	45.0%	
Salas Mistas	B.C.R.C Construções e Serviços	EP1º e 2º Napepere	05	Acabamentos (Em curso)	92.0%	89.0%
		EP1º e 2º Navoto	05	Acabamentos (Em curso)	92.0%	
		EP1º e 2º Nanlepa	05	Acabamentos (Em curso)	92.0%	
PSAA	BJ Drilling Lda	EP1º e 2º Namialo	01	Colocação da Bomba	65.0%	50.0%
		EP1º e 2º Corrane	01	Colocação da Bomba	65.0%	
		EP1º e 2º Mucupassa	01	Colocação da Bomba	65.0%	

Fonte: Direcção Provincial de Educação - Nampula

2.4.1 EPC de Namialo

A EPC de Namialo conta com um total de 66 recursos humanos, dentre os quais professores, agentes de serviço e segurança. Destes, 40 são do sexo feminino e 26 do sexo masculino. Os dados apresentados pela escola indicam que o ano lectivo de 2022 arrancou com cerca de 4092 alunos, número que viria a aumentar meses mais tarde para 4206, por causa da situação do conflito na Província de Cabo Delgado.

Para a escola foi projectada a construção de quatro salas temporárias, no âmbito da covid-19, e, tal como nas escolas visitadas nos distritos de Ribaué, em Namialo não foi diferente. O nível de execução da obra encontra-se aquém do desejado, com um nível de execução de menos de 25%, o que consiste na colocação, apenas, de postes e cobertura. Segundo declarações da responsável da escola, o empreiteiro alega que abandonou a obra porque aguarda pelo pagamento das facturas por parte da entidade contratante, neste caso a Direcção Provincial e o Ministério da Educação. Consultado o balanço das infra-estruturas verifica-se que o empreiteiro já recebeu 84% do valor total da obra.

Para a direcção da escola, as salas de aulas, em fase de construção, são de mais-valia pois com a passagem do ciclone Gombe, parte das salas de aulas existentes foram afectadas, para além de as infra-estruturas anteriores serem antigas e cobertas de chapas de lusalite, material que constituiu um grande desafio na manutenção e a escola não tem orçamento suficiente para tal. Os valores do Apoio Directo às Escolas canalizados não são suficientes para fazer face à manutenção da infra-estrutura escolar.

Imagem18: Salas de aulas usadas actualmente na EPC de Namialo



A imagem 18 mostra salas de aulas construídas com 85% de execução financeira. O relatório da DPE dá indicação de que as obras estão em curso, mas no local a equipa de rastreio colheu informações de que as obras estão abandonadas. Uma obra iniciada a 26 de Setembro de 2021 e encontra-se paralisada desde Novembro do mesmo ano. De referir que a nível da Província de Nampula todas as construções de salas temporárias não possuem placas de construção.

Imagem19: Salas de aulas construídas



No âmbito da construção de sistemas de abastecimento de água, a escola beneficiou da construção de um sistema que foi adjudicado à empresa BJ Drilling Lda. O projecto previa a construção de 3 sistemas de abastecimento de água (EP1º e 2º de Namialo, EP1º e 2º Corrane e EP1º e 2º Mucupassa). O valor da obra foi de 12,95 milhões de MT. Foram pagos 6,47 milhões (execução financeira de 50%). Entretanto, visitadas as escolas não foram encontrados os sistemas de abastecimento de água, tendo a directora da escola EP1 e 2 de Namialo confirmado que apenas fizeram o furo de água e colocaram o tubo azul, conforme mostra a imagem. De referir que esta escola tem problemas sérios de água.

Imagem 20: construção de sistema de abastecimento de água abandonado pelo empreiteiro



2.4.2 EPC de Imputo

O mau estado das obras e o abandono das mesmas também se verifica na Escola Primária de Imputo velho, no distrito de Meconta. A escola beneficiou da construção de 4 salas temporárias que se encontram, neste momento, abandonadas.

O distrito de Meconta teve apenas um empreiteiro responsável pela construção das salas temporárias, a empresa Mulata Construções, que é responsável pela construção de 12 salas temporárias, todas elas abandonadas e em estado abaixo de 25% de execução.

Imagem 21: Salas de aulas abandonadas pelo empreiteiro



Sala de aulas construídas no projecto salas de emergências, inacabadas. De realçar que as chapas de zinco colocadas nas paredes foram por iniciativas dos professores. As obras estão abandonadas desde Dezembro de 2021.

Imagem 22: Alunos nas Salas de aulas da EPC de Imputo



Salas usadas actualmente pelos alunos do distrito de Meconta.

2.4.3 Escola Primaria e Completa de Napepere

A EPC de Napepere conta com um total de 30 professores, dos quais 11 são do sexo masculino e 19 do sexo feminino e 1834 alunos, distribuídos em 28 turmas e 3 turnos.

A escola encontra-se sem infra-estruturas. As aulas são leccionadas debaixo de árvores, e/ou em sombras construídas com material precário. Entretanto, está em curso a construção de cinco salas de aulas, financiamento do governo, com um nível de execução de 65%. As obras estão paralisadas por falta de pagamento de facturas, conforme informação obtida pelos trabalhadores da empresa de construção B.C.R.C Construções e Serviços.

A equipa visitou uma obra de construção de 4 salas do projecto «um aluno um bloco» que envolve a comunidade e o conselho de escola. Até ao estágio em que as salas de aulas se encontram, a direcção da escola pagou cerca de 15.000 Mts aos respectivos mestres de obra, que por sinal são pais e encarregados de educação, membros da comunidade.

A iniciativa mostra que as comunidades, quando coordenadas, podem alavancar o distrito com muito menos recursos do que os que são gastos pelo Governo e reforça a ideia de que é preciso descentralizar cada vez mais os recursos para efectivamente beneficiar à população que vive a realidade local e tem interesse de ver os seus problemas resolvidos.

Imagem 23: Alunos ao relento aguardando pela entrega das salas de aulas



Imagem 24: Obras de salas de aulas paralizadas



2.5 DISTRITO DE MOSSURIL

Os Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia de Mossuril executaram em 100% um montante cumulativo de cerca de 479,2 milhões de Meticais, nos anos 2020 e 2021, enquanto as despesas de investimento representaram apenas 3% deste montante, dos quais 96% são provenientes de recursos externos.

Mossuril espelha a desigualdade onde o luxo e a pobreza convivem em pé de igualdade – Uma imagem vale mais do que mil palavras!

Imagem 25: Alunos ao relente num contraste entre classes sociais



O distrito de Mossuril foi o que menos beneficiou da construção de salas, de aulas. Recebeu apenas de 4 salas de emergência, espaços temporários e nenhuma sala mista embora as imagens mostrem que as necessidades são inúmeras. Um ponto negativo na planificação feita para este distrito é que justamente no distrito com as temperaturas mais altas a prioridade foram escolas de chapas de Zinco que acumulam calor excessivo e podem criar transtornos no processo de aprendizagem dos alunos. Vide imagens abaixo.

A equipa visitou duas escolas EPC que beneficiaram da construção das salas de aulas.

Imagem 26: Obras de salas de aulas paralisadas



Imagem 27: Estudantes ao relento na EPC 1 e 2 Chocas Mar



Na escola EPC do 1º e 2º grau Mucuarancuane a situação é pior uma vez que a obra está abandonada e os alunos estudam em condições precárias.

Imagem28: Salas de aulas em construção na EPC Mucuaracuane. Todas encontram-se abandonadas



Imagem28: Salas de aulas usadas actualmente pelos estudantes na escola EPC 1 e 2 grau Mucuarancuane



Tabela 6: Estágio das Obras de Infraestruturas Escolares em Mossuril

TIPO DE OBJECTO	EMPRESA	ESCOLA	Nº Salas	FASE DA OBRA	Exec. (%) FISICA	Exec. (%) FINANC.
Espaços Temporários	MG Construções	EP1º e 2º _ Chocas Mar	02	Acabamentos (Portas/Jan.)	90.0%	83.5%
		EP1º e 2º _ Mucarancuane	02	Caixilharia (Paralisada)	80.0%	

Capítulo III: SECTOR DE SAÚDE

3.1 Notas introdutórias

De acordo com informações obtidas através de fontes alternativas, na Direcção Provincial de Saúde, os distritos que se beneficiaram de obras de construção são os de Ribáuè, Eráti, Mossuril e Meconta, com o valor de 42 828 422,76 MT para as obras, e 3177053,39 MT para a fiscalização

As novas construções beneficiaram os distritos de Ribáuè e Erati (construção de um centro de saúde Tipo II)

Tabela 7: Infraestruturas de Saúde intervencionadas na Província de Nampula - 2020 - 2021

Designação da Obra	Localização	Início das obras	Custo da Obra		Valor Pago (em MT)		Situação Actual	Execução física %
			Empreitada	Fiscalização	Empreitada	Fiscalização		
Construção de Um Centro de saúde Tipo II	Ribáuè-Posto Administrativo de Roieque	28/12/21	17.730.000,00	1.776.709,94	17.730.000,00	1.776.709,94	Em Curso	49,54%
Construção de Um Centro de saúde Tipo II	Eráti-Posto Administrativo de Negoro	27/12/21	17.233.000,00	1.400.343,45	17.233.000,00	1.400.343,45	Em Curso	30,22%
Reabilitação e Ampliação do Centro de Saúde de chocas Mar	Mossuril-Posto Administrativo de Chocas Mar	08/10/21	3.747.410,10		3 747 410,10		Fase para entrega Provisoria	90%
Reabilitação do Centro de Saúde de Corrane	Meconta-Posto Administrativo de Corrane	30/08/2021	1.749.564,86		1 749 564,86		Paralisada	30%
Reabilitação do Edificio da Direcção Provincial de Saúde	Cidade de Nampula	30/08/21	2.368.447,80		2 368 447,80		Fase para entrega Provisoria	90%

Tabela 8: Lista de empreiteiros por infraestrutura intervencionada 2020 - 2021

Designação da Obra	Localização		Nome do Empreiteiro
	P. Administrat.		
Construção de Um Centro de saúde Tipo II	Ribáuè-Posto Administrativo de Roieque		A&T Engenharia e Serviços
Construção de Um Centro de saúde Tipo II	Eráti-Posto Administrativo de Negoro		Vanil Construções LDA
Reabilitação e Ampliação do Centro de Saúde de chocas Mar	Mossuril-Posto Administrativo de Chocas Mar		Vanil Construções LDA
Reabilitação do Centro de Saúde de Corrane	Meconta-Posto Administrativo de Corrane		Mopt- Construções
Reabilitação do Edifício da Direcção Provincial de Saúde	Cidade de Nampula		Ayan Construções & Serviços

Fonte: DPS - Nampula

3.2 Parecer do Empreiteiro sobre os desafios do sector de saúde

Consultada a Associação dos Empreiteiros da Província de Nampula estes reconheceram que existem muitas obras malparadas e que esta situação deriva de vários problemas, desde o esquema de corrupção montado na Direcção Provincial de Saúde, à adjudicação. O empreiteiro é obrigado a desembolsar sempre 10% para o pagamento das cobranças ilícitas efectuadas pelos técnicos da DP, deve também pagar aos fiscais das obras para que estes sejam céleres no relatório de execução.

O entrevistado referiu que *são muitos pagamentos extras que devemos fazer. Temos de pagar para ter a obra, pagar para podermos facturar, pagar ao fiscal, pagar a infra-estrutura para um relatório e o valor efectivo da obra termina assim e muitas vezes o empreiteiro já não tem como dar continuidade da obra e abandona.*

Este facto pode ser verificado no sector da saúde onde, para os anos 2021 e 2022 foram previstas construções de 2 CS T2 (nos distritos de Ribaué e Erati); e a reabilitação de 2 centros de saúde (CS Chocas Mar, CS Corane); e a reabilitação do edifício da Direcção Provincial de Saúde, cujos valores pagos rondam em cerca de 46 milhões de Mts.

A equipa de rastreio teve informação de que este valor foi totalmente pago aos empreiteiros, entretanto a execução média das obras é de 50% sendo que existem obras paralisadas como é o caso do CS de Corane e com execução de menos de 35%.

No cômputo geral, o entrevistado explicou que muitas vezes as obras não são pagas de acordo com a execução, mas de acordo com o orçamento existente. A Direcção provincial não tem condições de fiscalização física das obras e os empreiteiros e fiscais aproveitam se deste facto para mostrar um relatório com execução maior.

3.3 DISTRITO DE RIBÁUÈ

Os Serviços Distritais de Saúde, Mulher e Acção Social de Ribaué executaram em 100% um montante cumulativo de cerca de 227,6 milhões de Meticais em despesas de funcionamento, nos anos de 2020 e 2021, enquanto as despesas de investimento representaram apenas 4% deste montante, dos quais 100% são provenientes de recursos externos.

O distrito de Ribaué possui 10 unidades sanitárias: um hospital rural, 1 centro de saúde T1, 7 centros de saúde T2 e um posto de saúde. De acordo com informações fornecidas na Direcção dos Serviços Distritais, pelo director dos serviços distritais, as 10 unidades sanitárias dispersas não são suficientes e não correspondem às expectativas do distrito dado o número de população de cerca de 300 mil habitantes. O director dos serviços distritais informou que o distrito possui uma média de 20km de distância percorrida para a unidade sanitária, sendo que existem localidades mais críticas e que percorrem cerca de 50km para o acesso aos serviços de saúde básica, como é o caso da localidade de Roieque.

De acordo com a informação colhida pela equipa de rastreio, o distrito conta com três unidades sanitárias (US) sem energia eléctrica, nomeadamente o Centro de Saúde de Lupi, o Centro de Saúde de Rane e o Centro de Saúde de Ecule, facto que dificulta a gestão das vacinas e de outros medicamentos que necessitam de sistema de frio. O distrito não possui nenhum hospital distrital e a US de maior dimensão é o Hospital Rural de Ribáue.

No distrito de Ribaué a equipa de rastreio visitou o Hospital Rural de Ribaué, o Centro de Saúde de Yapala-Monapo e a nova construção de um centro de saúde na localidade de Roieque.

3.3.1 Hospital Rural de Ribáue

De acordo com a direcção do hospital, mais de 50% dos agentes de serviço têm idade avançada e já não correspondem às expectativas no trabalho realizado, uma situação que, dada a elevada demanda a esta unidade sanitária, gera situações de sobrecarga do pessoal afecto e sobre a própria capacidade da infra-estrutura.

O Hospital Rural (HR) de Ribaué possui uma capacidade de internamento de 40 camas. Este hospital enfrenta um grande constrangimento relacionado à distância percorrida internamente. Por exemplo, as parturientes devem percorrer cerca de 400 metros da maternidade ao bloco operatório e muitas vezes numa maca precária e que é usada para diferentes enfermidades, uma situação que coloca em risco os utentes desta US.

Este é um problema que parecia estar perto do fim uma vez que iniciou uma obra do bloco operatório dentro da maternidade. Entretanto, na altura da visita da equipa de rastreio, em Agosto de 2022, as obras encontravam-se paralisadas e a informação dada pela direcção do hospital foi: **FALTA DE FUNDOS!**

Maternidade

Na maternidade são realizadas em média 30 consultas e 15 partos diários. A maternidade tem apenas uma enfermaria (puerpério) com capacidade para 10 doentes onde são internadas mulheres com todo o tipo de enfermidade ligadas à saúde materna sem distinção por exemplo entre as mulheres internadas para tratamento por aborto, gravidez, eclâmpsia ou pré-eclâmpsia, risco de aborto, entre outras, o que obriga a que várias pacientes recebam alta sem cumprimento integral do processo de recuperação uma situação que é humanamente inaceitável no contexto de gestão de qualquer US.

A sala de mãe espera é praticamente inexistente já que é partilhada com os enfermeiros que a usam como sala de estar. A US com maior capacidade no distrito não tem espaço para acompanhantes e estes têm de pernoitar ao relento e misturados entre homens e mulheres.

Imagem 29: Pacientes e acompanhantes ao relento



O hospital não fornece alimentação às parturientes devido à escassez de alimentos. Os acompanhantes, devido à distância que devem percorrer até ao hospital (cerca de 50km), têm de confeccionar os seus alimentos ao relento.

Disponibilidade de equipamento/artigos médicos

Do levantamento de necessidades, feito pela equipa de rastreio, destaca-se a falta (por inexistência ou incapacidade de manutenção) dos seguintes equipamentos médicos:

Tabela 9: Necessidades do Hospital

Equipamento/artigos médico em Falta	Por inexistência	Por incapacidade de manutenção	Informação apurada pela equipa de rastreio
Máquina de medição de tensão	X	X	A única máquina que existia não tinha pilhas e, portanto, não estava operacional
Algália	X		
Luvas			Desde que o ano começou não receberam luvas e são obrigados a usar as mesmas luvas para vários pacientes
Lençóis	X		
Incubadora para recém-nascidos	X		
Concentrador de oxigênio	X		
Sistema de frio (ar condicionado, geleira) para conservação de medicamentos		X	A geleira e o ar condicionado encontram-se avariados e os medicamentos que necessitam de sistema de frio são armazenados sem nenhuma organização.

Fonte: Compilado pelo autor

As condições das infra-estruturas do hospital não são boas. Tanto na maternidade assim como nos outros sectores existem problemas de infiltração. A parede tem manchas pretas e o tecto da área de esterilização está bastante degradado, conforme mostram as imagens abaixo.

Imagem 30: condições das infraestruturas do Hospital Rural de Ribáuè



O lixo hospitalar é incinerado no recinto hospitalar, ao ar livre, e a menos de 20m das unidades de atendimento

Imagem 31: Local onde é incinerado o lixo hospitalar



Conservação dos equipamentos e medicamentos

A farmácia e o armazém não dispõem de geleira e/ou meio de refrigeração. Os medicamentos que necessitam de conservação a temperaturas mais baixas são armazenados em caixas e sem condições de frio.

Imagem 32: Armazém de medicamentos e da farmácia



3.3.2 Centro de Saúde de Yapala-Monapo

O Centro de Saúde (CS) de Yapala Monapo está catalogado como sendo do tipo II por se considerar (teoricamente) que tem capacidade de internamento. Mas, efectivamente não tem internamento. Prova disso é que a maternidade tem apenas duas camas.

Pessoal de Saúde afecto

Diariamente o CS recebe cerca de 125 pessoas, que são atendidos por uma equipa composta por um total de 27 profissionais dentre eles, apenas, 1 médico, 2 técnicos superiores de saúde e nutrição, 2 técnicos de saúde, dois assistentes técnicos. Os restantes constituem pessoal de apoio. A maioria do *staff* é composta por homens. De forma geral esta US tem défice de pessoal e há necessidade de reforço, tomando em consideração o volume de trabalho

Gestão da Unidade Sanitária

Esta US não tem viatura há mais de dois anos e devido a esta situação, os doentes são transportados em motas da US, bicicletas dos pacientes ou (em caso de urgência) recorrem a viatura da sede distrital.

A alimentação dos pacientes desta US é gerida directamente pela secretaria distrital, o que é incomum. O esperado seria que existisse um administrador que faz a gestão geral da US, e que devia efectuar a aquisição e distribuição de todos os insumos de que a US necessita.

Infra-estrutura e medicamentos

Um outro problema está relacionado com a vedação da US, que é quase inexistente e constitui uma fragilidade para a segurança, um aspecto que conjugado com o facto de não ter casa mãe espera contribui para que os pacientes fiquem ao relento e em situação de total insegurança.

Imagem 33: doentes e acompanhantes ao relento aguardando atendimento



Nesta US, na altura da visita da equipa de rastreio, havia falta de medicamentos como metronidazol, paracetamol, amoxicilina, azitromicina, artesunato injectável. A sala que é usada como depósito de medicamentos e farmácia não tem A/C. A geleira de conservação não funciona, o que faz com que quando recebem medicamentos, como a ocitocina que é usada na maternidade, esta não tem como ser conservada.

As doenças mais comuns nesta US são a malária, HIV, tuberculose, diarreia e dores abdominais.

3.3.4 Novas construções – Centro de Saúde na Localidade de Roieque

Este distrito beneficiou de uma nova construção de um centro de saúde tipo II no posto administrativo de Roieque, a cerca de 50 km da vila sede de Ribáuê. A obra iniciou a 28 de dezembro de 2021. A via de acesso para este posto administrativo é bastante precária, com várias pontecas suspensas e construídas com material local, conforme ilustram as imagens.

Imagem 34: Via de acesso ao centro de saúde em construção na localidade de Roieque



A obra foi adjudicada à empresa A&T Engenharia e Serviços, no valor de 17,7 milhões de MT. De acordo com informações disponibilizadas pela DPS já foi pago o valor total da Obra mais o valor de 1,78 milhão para empresa que fiscaliza a obra, TMC Consultoria E Empreendimento, LDA, totalizando um valor de cerca de 19,4 milhões pago pela obra.

Em termos de execução física, a DPS indicou que a obra se encontra a 45% de execução. Entretanto, importa salientar que a obra estava prevista para terminar em 6 meses após o início no dia 28 de Dezembro, de acordo com a informação da DPS e a placa de construção (vide a imagem 35).

Imagem 35: Centro de saúde em construção na localidade de Roieque



A visita efectuada pela equipa do rastreio no mês de Julho, verificou que as obras estão em ritmo lento, com uma execução inferior a 45%, conforme mostram as imagens abaixo.

Imagem 36: Estágio das obras de construção do centro de saúde na localidade de Roieque



A população clama pelo termino rápido da US uma vez que deve percorrer cerca de 50km para a US mais próxima e com condições de acesso precárias.

3.4 DISTRITO DE MECONTA

Os Serviços Distritais de Saúde, Mulher e Acção Social de Meconta executaram em 100% um montante cumulativo de cerca de 106,8 milhões de meticais em despesas de funcionamento, nos anos de 2020 e 2021, enquanto as despesas de investimento representaram apenas 6% deste montante, dos quais 100% são provenientes de recursos externos.

3.4.1 Centro de Saúde de Corane

O centro de saúde de Corane localiza-se nos arredores do posto administrativo de Corane. É um CS registado como sendo T2. Entretanto o mesmo não possui condições para internamento.

O CS Corane foi afectado pelo ciclone Ana e teve o seu tecto destruído. Em Agosto de 2021, o CS beneficiou de um orçamento de 1,75 milhões de meticais para a sua reabilitação. O valor foi pago na totalidade. Entretanto, no local não existem sinais de reabilitação. A DPS informou que as obras estavam executadas a 30% e que as mesmas estavam paralisadas devido ao ciclone Ana que entrou em Moçambique no dia 24 de Janeiro de 2022¹⁷.

Este centro de saúde beneficiou-se de duas reabilitações em 2021: uma pintura por parte do Governo (sem sinais da pintura em referência) e outra com fundos de parceiros. Entretanto, o estado em que se encontra não reflecte sinais de recente reabilitação.

Infra-estruturas

As infra-estruturas da US encontram se degradadas. O tecto está destruído. Não possui sanitários para os doentes sendo que estes devem deslocar-se cerca de 500 metros para ter acesso aos sanitários, precários e sem condições mínimas.

¹⁷ <https://www.afro.who.int/pt/countries/mozambique/news/profissionais-de-saude-afetados-pelo-ciclone-ana-continuam-na-linha-de-frente-salvando-vidas>

Imagem 37: Estado das infraestruturas no Centro de saúde de Corane



A maternidade do CS tem défice de medicamentos. Tem apenas um kit de parto e este não é esterilizado. A enfermeira informou que por vezes tem fervido os instrumentos como forma de esterilizar, mas nem sempre é possível por falta de lenha.

Imagem 38: Panela usada para ferver alguns equipamentos usados na maternidade.



O CS apresenta falta de higiene geral, conforme mostram as imagens abaixo. Questionada a responsável da unidade sanitária esta referiu que a unidade tem défice de agentes de serviço.

Imagem 39: Maternidade do centro de saúde de Corane



Pessoal afecto

Em termos de pessoal afecto, este CS conta com um total de 20 profissionais de saúde, entre 1 médico, 4 técnicos de medicina geral, 5 técnicos materno-infantil, 3 farmacêuticos, 3 enfermeiros gerais, 1 técnico de laboratório e 4 agentes de serviço. Este pessoal deve desdobrar-se para atender a cerca de 150 consultas diárias.

O CS não possui gabinetes para atendimentos aos doentes e estes são atendidos praticamente ao ar livre, com pequenas divisórias de lona, não se respeitando a privacidade dos pacientes.

Imagem 40: Gabinetes médicos do centro de saúde de Corane



Maternidade

A maternidade desta US, de apenas 2 metros quadrados, realiza cerca de 6 partos por dia. Tem apenas 3 camas, sem lençóis.

A maternidade não possui água, não possui casa mãe espera e os sanitários encontram-se distantes da sala de partos.

Na US há extrema falta de medicamentos, principalmente os medicamentos para dor, sendo que os pacientes são obrigados adquirir os medicamentos fora do hospital.

O laboratório desta US não faz hemograma, bioquímica por falta de material. As doenças mais comuns são a malária, cólera e cólicas abdominais.

3.5 DISTRITO DE MOSSURIL

Os Serviços Distritais de Saúde, Mulher e Acção Social de Meconta executaram em 100% um montante cumulativo de cerca de 86,3 milhões de meticais em despesas de funcionamento, nos anos 2020 e 2021, enquanto as despesas de investimento representaram apenas 7% deste montante, dos quais 100% são provenientes de recursos externos.

3.5.1 Centro de Saúde de Chocas Mar

Com início a 3 de Setembro de 2021, esta US sofreu intervenções para a melhoria da maternidade, farmácia e das casas de banho. Entretanto, o estado actual das áreas intervencionadas não corresponde aos valores alocados, cerca de 3,74 milhões de meticais.

Por exemplo, a altura do tecto está abaixo dos padrões de qualquer infra-estrutura. As portas e os aros são de péssima qualidade. É possível identificar raxas e fendas ao longo da infra-estrutura.

Há portas tortas, ou inclinadas, porque foi usada uma madeira que não estava seca, portanto fora dos padrões ideais para uso. O balneário tem compartimentos bastante reduzidos, construídos com material precário. A farmácia não tem ventilação.

Imagem 41: Infraestruturas do centro de saúde da Chocas Mar



Na actual instalação os pacientes são obrigados a ficar ao relento, e no chão, devido às enchentes que se têm verificado, chegando-se ao número de a cerca de 300 consultas por dia. Os equipamentos são precários, enferrujados colocando em risco a saúde dos pacientes conforme mostra a imagem 42.

Imagem 42: Actuais instalações do centro de saúde Chocas mar



A US não possui formas de tratamento do lixo. O lixo biológico é depositado numa fossa no recinto da escola, e ao relento, sem vedação, conforme mostra a imagem abaixo.

Imagem 43: local onde é depositado o lixo do centro de saúde chocas mar



Maternidade

A imagem 44 mostra a actual maternidade da unidade sanitária. Um compartimento bastante pequeno com apenas uma cama para um fluxo de cerca de 6 partos diários. Obrigando as mães a partilhar camas ou a estender capulanas no chão.

A US não fornece alimentação aos pacientes sendo que estes devem confeccionar as suas refeições ao ar livre. Não existe casa mãe espera e devido ao espaço bastante reduzido na maternidade, as pacientes são obrigadas a ficar ao relento enquanto aguardam pelo seu atendimento.

A enfermeira da maternidade referiu que:

O hospital tem falta de quase tudo. Não temos kits de parto completos, os pacientes devem trazer as lâminas, os baldes para a higiene e muitas vezes os familiares preferem levar para casa a doente mesmo sem o tempo mínimo depois do parto, devido às más condições da US.

A maternidade enfrenta escassez de meios de trabalho, existe apenas um kit de parto incompleto, não possuem material para esterilização o que implica que o material seja usado para várias pacientes sem o devido tratamento, colocando as utentes em situação de risco de infecção.

A US não possui, neste momento um sanitário para os pacientes. O único sanitário existente serve apenas para a directora e para as enfermeiras. Os pacientes são obrigados a fazer as suas necessidades biológicas ao relento.

Imagem 44: Actuais instalações da maternidade do Centro de saúde Chocas Mar



CAPÍTULO IV: CONCLUSÕES RECOMENDAÇÕES

O nível de transparência orçamental de um país é condição primordial para uma gestão de finanças públicas responsável. Mas, essa exigência não basta. É preciso escrutinar até ao nível mais descentralizado possível para estimular a prestação de contas. É neste contexto que a actividade de rastreio se enquadra de forma regular e contínua dentro do leque de actividades desenvolvidas pelo Centro de Integridade Pública, como instituição.

Este relatório cobriu infra-estruturas dos sectores de educação e saúde na província de Nampula, mais concretamente nos distritos de Ribaué, Meconta e Mossuril, nos anos 2020 e 2021. Durante a fase de verificação física no campo, a equipa de rastreio foi confrontada com uma ordem do governador da província, eleito pelo povo, Manuel Rodrigues, que ordenou que as direcções provinciais de saúde e educação não partilhassem informação financeira com o CIP. Esta situação limitou o acesso à informação com mais impacto sobre o sector de saúde, mas não minou a actividade.

Sobre este acto, o CIP repudia veementemente e alerta ao governador que um dos principais objectivos da descentralização é de promover a transparência e prestação de contas a nível local, pelo que estes actos não podem se perpetuar.

A equipa de rastreio descreve a situação como crítica pelo facto de observar que recursos públicos que já são escassos foram despendidos sem o nível de responsabilidade necessária para que efectivamente contribua para a melhoria da qualidade na prestação de serviços dada a percentagem alta de obras abandonadas e malparadas, uma situação confirmada pelo próprio governador da Província.

Neste sentido, o CIP reitera que enquanto os processos de contratação pública continuarem a ser minadas por práticas corruptas e deficiente planificação e fiscalização o *value for money* nunca será alcançado e mesmo com apoios ao orçamento reforçados e/ou maior mobilização de recursos Moçambique permanecerá no grupo dos países com menor índice de desenvolvimento humano caracterizado por altos índices de desigualdade social.

Recomenda assim ao Governo e parceiros de cooperação internacional a necessidade de reverter o cenário de má execução de recursos públicos que vem sendo perpetuada.

A assembleia da república como órgão fiscalizados das actividades do Governo recomenda se maior fiscalização das obras do sector da Educação e saúde.

Especificamente recomenda se ao Ministério de Economia e Finanças e ao Tribunal Administrativo:

- Realização de auditorias financeiras ao projecto de construção de salas de aulas (projecto FASE, COVID 19) e a respectiva publicação do relatório.
- Responsabilização das entidades responsáveis pela fiscalização e execução financeira das Obras paralisadas e abandonadas no sector de saúde e educação;
- Reforce das medidas que limitam o clima de impunidade na Província, responsabilizando judicialmente os empreiteiros e os funcionários públicos envolvidos no processo de cobranças ilícitas.

ANEXOS

Anexo 1: Nota do Governador da Província de Nampula e carta do CIP solicitando Informações

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
PROVINCIA DE NAMPULA
CONSELHO EXECUTIVO PROVINCIAL
GABINETE DO GOVERNADOR

Veto
Ao conhecimento de
todo o staff
Manuel Rodrigues
06/07/2022

À
Direção Provincial de Educação
e saúde.

NAMPULA

Nota nº 3036 /GGPN/SG/019/2022 Data: 01/07/2022

Assunto: Realização de Rastreo da Despesa Pública 2022, nos sectores de Saúde e Educação

Através da nota nº C.172/EC/2022 de 08 de Junho de 2022, o Centro de Integridade Pública (CIP)- Anticorrupção- Transparência- Integridade- Maputo, informa que no âmbito das suas actividades de monitoria do orçamento, pretende levar a cabo actividades de rastreo da despesa pública nesta Província, entre os dias 30 de Junho à 11 de Julho de 2022.

Junto se transcreve o despacho de 27/06/2022, de S.Excia **Manuel Rodrigues Alberto**, Governador da Província, recaído sobre o assunto:

“ AS DIRECÇÕES PROVINCIAIS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO, NÃO DEVEM DISPONIBILIZAR QUALQUER INFORMAÇÃO FINANCEIRA SEM ANTES QUE RECEBAM UMA ORIENTAÇÃO SUPERIOR.”

Está conforme. Assinatura Ilégitima- Manuel Rodrigues Alberto- Governador da Província.

Atenciosamente,

D. P. E. DE NAMPULA
Entrada nº 1046 / D.P.E. / 15
15 / 06 / 2022
O Funcionário
Edson Cortés
15 / 06 / 2022

O Director do Gabinete
Rodrigues Artur Ussene
/Insp. Superior Administrativo /

MEAM 06/2022
Gabinete do Governador da Província de Nampula
Av. Independência, Tel: 2624002/26215251; Fax 2621242/526215251; Email: Wamango@yahoo.com.br

CIP
CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Exmo. Senhor
Manuel Rodrigues
Governador da Província de Nampula
Nampula

Maputo, 8 de Junho de 2022

N.Ref.C.172/EC/2022

Assunto: Informação sobre a Realização de Rastreo da Despesa Pública 2022 nos sectores da Saúde e Educação

Queira V. Excia, antes de mais aceitar as nossas mais cordiais saudações.

O Centro de Integridade Publica (CIP), uma Organização da Sociedade Civil, cujos princípios fundamentais orientadores são Integridade, Transparência, Prevenção da Corrupção e a boa Governação, vem por este meio informar que no âmbito das suas actividades de monitoria do Orçamento, pretende levar a cabo actividades de Rastreo da Despesa Pública na Província de Nampula entre os dias 30 de Junho à 11 de Julho de 2022.

Cientes de que a nossa solicitação merecerá a Vossa consideração, subscrevemo-nos com a mais elevada estima e consideração.

O Director Executivo
Edson Cortés, PhD

ENTRADA Nº 2806 / 019
NAMPULA, 15 / 06 / 2022
O FUNCIONARIO
Edson Cortés

CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
MOÇAMBIQUE

Anexo 2: Mapa Resumo do pagamento dos contratos de construção de salas de aulas



GOVERNO DA PROVINCIA DE NAMÍPIA
DIRECÇÃO PROVINCIAL DA EDUCAÇÃO DE NAMÍPIA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Mapa Resumo de pagamentos dos contratos de construção de Espaços Temporários - 2021

Nº de Ordem	Empreiteiro	Nº de Contrato	Designação e Localização (Distrito)	Nº de Espaços	Valor da Obra/Contrato	Situação de Pagamento				Total pago	SALDO	%	
						Adiantamento	1ª Situação	2ª Situação	3ª Sit.				4ª Sit.
1	SHAD CONSTRUCOES	63	Namíbia	20	7 999 939,20	1 599 967,84	1 679 966,23	719 985,53	2 399 951,76	1 519 969,45	7 919 840,8	79 998,4	99,00
2	A&T ENGENHARIA	52	Maletina	14	6 160 000,00	0,00	2 159 040,00	2 464 000,00	0,00	0,00	4 623 040,0	1 536 960,0	75,05
3	ND CONSTRUCOES	62	Mogovos e Lupo	13	5 720 000,00	0,00	1 565 605,98	2 278 205,91	511 793,10	1 364 395,60	5 720 000,6	-0,6	100,00
4	CONSTRUCOES CHAME	60	Ribaine e Lalaua	12	5 360 000,00	1 072 000,00	1 178 190,75	1 618 653,59	951 604,46	512 573,64	5 333 022,4	26 977,6	99,50
5	HDC CONSTRUCAO	67	Mururupia e Mogov.	18	7 649 467,00	0,00	1 714 650,89	1 682 792,87	2 395 979,07	1 856 044,17	7 649 467,0	0,0	100,00
6	VANIL CONSTRUCOES	56	Moma e Lande	20	9 000 000,00	0,00	972 989,55	3 600 000,00	0,00	0,00	4 572 989,6	4 427 010,5	50,81
7	STEN ENGENHARIA	59	Angoche	14	6 160 000,00	2 991 860,83	2 300 000,00	0,00	0,00	0,00	5 291 860,8	868 139,2	85,91
8	CHAMPION CONSTRUCOES	58	Membra e N/Velha	20	8 794 082,00	1 758 816,40	1 820 438,17	3 077 928,70	0,00	0,00	6 657 183,3	2 136 898,7	75,70
9	IMG CONSTRUCOES	61	Monapo e Mossuril	12	5 160 026,88	834 002,40	1 975 500,00	1 500 000,00	0,00	0,00	4 309 502,4	850 524,5	83,52
10	IMULTA CONSTRUCOES	65	Meconta e Mulcare	18	7 560 000,02	0,00	787 582,60	5 535 073,60	0,00	0,00	6 322 656,2	1 237 343,8	83,63
11	CONSTRUCOES MAARTUR	57	Rapale	18	7 375 870,13	0,00	1 715 529,35	5 033 002,93	0,00	0,00	6 748 532,3	627 337,9	91,49
12	IMALUQ EMPREENDIMENTOS	54	Nacraoa e Erati	12	5 245 009,54	1 049 181,91	2 518 026,58	1 510 821,95	0,00	0,00	5 078 040,4	167 869,1	96,80
SOMA					82 185 194,77	9 305 829,38	20 387 590,10	29 020 465,08	6 259 328,39	5 252 982,86	70 226 135,8	11 959 058,96	85,45

Namíbia, 22 de Junho de 2022

O Gestor do FASE

Manuel Alberto

O CHEFE DO DAF

Elisio Dias Paua



GOVERNO DA PROVINCIA DE NAMÍPIA
DIRECÇÃO PROVINCIAL DA EDUCAÇÃO DE NAMÍPIA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Mapa Resumo de pagamentos dos contratos de construção de Salas Mistas - 2021

Nº de Ordem	Empreiteiro	AJUSTE DIRECTO	Designação e Localização (Obra)	Nº de Salas	Valor da Obra/Contrato	Situação de Pagamento				Total pago	SALDO	%
						1ª Situação	2ª Situação	3ª Situação	4ª Situação			
1	ESTUARTE CONSTRUCOES, LDA	89	Malena	15	15 189 254,00	1 518 925,04	2 745 049,07			4 263 974,11	10 925 279,89	28,07
2	SIDIK ENGENHARIA E SERVICOS	96	Lelua	15	19 550 027,67	1 955 002,77	3 519 005,25			5 474 008,02	14 076 019,65	28,00
3	SOBEREHO - COOP, LDA	97	Mechuri	20	18 990 299,32	1 999 029,93	3 777 867,72			11 425 823,18	7 564 476,14	60,17
4	DIANGA CONSTRUCOES	94	Angoche	20	17 995 156,01	1 799 515,60	2 000 000,00			9 472 513,60	8 522 542,41	52,64
5	ICS CONSTRUCOES S.U. LDA	91	Rehale	15	13 813 318,67	2 274 404,26	5 527 327,46			7 801 731,72	6 011 586,95	56,48
6	MACLAMB CONSTRUCOES	92	Nacala a venha	10	9 610 987,25	961 098,72	3 850 000,00			3 134 265,35	1 665 623,18	82,67
7	AFRICA BUILDING, LDA	84	Malena	15	15 524 591,62	1 552 459,16	6 209 731,78			13 656 200,37	1 868 391,25	87,56
8	ZONUE SERVICOS & CONSTRUCOES	100	Mehela	15	16 274 065,29	3 254 812,47	3 905 774,56			13 670 213,55	2 603 851,74	94,00
9	INDICO CONSTRUCOES	90	Murupula	15	13 487 037,80	5 604 046,95	4 046 111,34			12 138 394,02	1 348 703,78	90,00
10	TCS - TECNICA CONSTRUCOES E SERVICOS	98	Namupa	15	13 794 236,13	1 379 423,61	5 512 694,45			13 104 524,33	689 711,80	95,00
11	B.C.C. CONSTRUCOES E SERVICOS	85	Meconta	15	13 694 236,13	1 369 423,60	5 763 724,47			12 247 964,07	1 446 272,06	89,44
12	CONSTRUTORA MONOLA	87	Mogovohs	20	18 488 103,90	1 848 810,39	10 000 000,00			16 101 074,19	2 387 029,71	87,09
13	ROBUST BUILDING MOZAMBIQUE, LDA	95	Lupo	15	14 390 241,19	1 439 024,12	6 475 608,53			13 670 729,12	719 512,07	95,00
14	DEUSIA CONSTRUCOES	88	Mogical	13	12 745 452,68	1 274 545,27	6 372 726,34			12 108 180,05	637 272,63	95,00
15	AK ANGULAR	83	Moma	15	15 248 020,40		6 099 208,16			6 099 208,16	9 148 812,24	40,00
16	ZAMBEZI BUILDING	99	Erali	99	18 499 052,27	1 849 565,22	4 153 504,02			9 781 277,01	8 717 775,26	52,87
17	NEW EXPRESSO CONSTRUCOES, S.U. LDA	93	Ilha de Moçam	5	13 302 096,03	0,00				5 439 769,68	7 862 326,35	40,89
18	WAZA CONSTRUCOES, LDA	110	Lunde	10	12 165 340,00	1 216 594,00	4 866 136,00			9 901 464,59	2 263 875,41	81,39
19	BTM CONSTRUCOES MOZAMBIQUE	110	Ribaue	15	11 137 098,97	6 238 869,26	2 100 000,00			8 338 869,26	2 798 238,71	74,87
20	BENED CONSTRUCOES	86	Nacala	20	19 549 990,17	13 684 593,12	0,00			13 684 593,12	5 865 397,05	70,00
			SOMA		303 148 605,50	51 120 414,49	92 369 239,28	60 913 457,10	1 922 796,35	206 325 907,22	97 122 698,28	87,99

Namupa, 22 de Junho de 2022

O Gestor do FASE

Manuel Alberto

O CHEFE DO DAF

Elisio Dias Paua



GOVERNO DA PROVINCIA DE NAMÍPIA
DIRECÇÃO PROVINCIAL DA EDUCAÇÃO DE NAMÍPIA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Mapa Resumo de pagamentos dos contratos do Sistema de Abastecimento de Água - 2021

Nº de Ordem	Empreiteiro	AJUSTE DIRECTO	Designação e localização (Distrito)	Nº de Salas	Valor da Obra/Contrato	Situação de Pagamento			Total pago	SALDO	%
						1ª Situação	2ª Situação	3ª Situação			
1	HOC CONSTRUCCO				6.247.783,62	3.123.891,81	1.561.945,91	1.516.948,91	6.202.787,63	44.995,99	99,28
2	BI DRILLING	107	Mecocria, Erarie Nembra		12.948.217,60	6.474.358,08			6.474.358,08	6.474.359,52	50,00
3	SAL DRILLING				11.819.419,26	7.802.730,00			7.802.730,00	4.016.689,26	66,02
SOMA					31.015.920,48	17.400.979,89	1.561.945,91	1.516.948,91	20.479.875,71	10.586.044,77	66,03

Namíbia, 22 de Junho de 2022

O Gestor do FASE
Manuel Alberto

O CHEFE DO DAF
Elisio Dias Paua



GOVERNO DA PROVINCIA DE NAMÍPIA
DIRECÇÃO PROVINCIAL DA EDUCAÇÃO DE NAMÍPIA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Mapa Resumo de pagamentos dos contratos do Fiscalização - 2022

Nº de Ordem	Empreiteiro	AJUSTE DIRECTO	Designação e localização (Distrito)	Nº de Salas	Valor da Obra/Contrato	Situação de Pagamento			Total pago	SALDO	%
						1ª Situação	2ª Situação	3ª Situação			
1	TTC Solution		Nemba, Nankala e Erari	86	2.437.749,84	487.548,97			487.548,97	1.950.199,87	20,00
2	gino Consultores		Namíbia	87	1.892.839,46	0,00			0,00	1.892.839,46	0,00
3	Brio Consultores		Ribbaug, Mechuri e Malama	88	2.720.888,90	176.019,37			176.019,37	2.544.869,53	6,47
4	TTC Consult, Ltd		Namíbia	89	1.794.312,56	170.460,17			170.460,17	1.623.852,39	9,50
5	NZE CONSULT		Varde e Mopengual	90	1.368.900,00	0,00			0,00	1.368.900,00	0,00
SOMA					10.174.791,76	834.029,51	0,00	0,00	834.029,51	9.340.762,25	8,20

Namíbia, 22 de Junho de 2022

O Gestor do FASE
Manuel Alberto

O CHEFE DO DAF
Elisio Dias Paua



GOVERNO DA PROVINCIA DE NAMÍPIA
DIRECÇÃO PROVINCIAL DA EDUCAÇÃO DE NAMÍPIA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Mapa Resumo de pagamentos dos contratos de construção de Salas PCA- 2021

Nº de Ordem	Empreiteiro	Nº de Contrato	Designação e Localização (Distrito)	Nº de Salas	Valor da Obra/Contrato	Situação de Pagamento			Total pago	SALDO	%
						1ª Situação	2ª Situação	3ª Situação			
1	MOZ CATALOG	115	Nampula	20	47 896 808,47	9 579 361,00			9 579 361,00	38 317 447,47	20,00
2	CONSMOZ LIMITADA	116	Matema	10	21 347 221,26	3 633 305,19			3 633 305,19	17 713 916,07	17,02
3	GMD CONSOLIAS	117	Mecuburi	5	14 407 779,84	0,00			0,00	14 407 779,84	0,00
4	ND CONSTRUCOES E SERVICOS	118	Mecuburi	5	13 957 767,28	3 361 900,54	3 380 223,85		6 742 124,39	7 215 642,89	48,30
5	MICANE CONSTRUCOES	119	Mecuburi	5	15 094 043,76	0,00			0,00	15 094 043,76	0,00
6	STRONG ENGENHARIA	120	Memba	5	14 861 861,41	0,00			0,00	14 861 861,41	0,00
7	TTEC-TOBERT ENGENHEIROS	121	Nacala	5	14 704 768,05	3 716 976,59			3 716 976,59	10 987 791,46	25,28
8	HWS CONSTRUCOES	122	Ribaue	5	14 782 932,27	2 956 586,45			2 956 586,45	11 826 345,82	20,00
9	TEAM CONSTRUCOES E SERVICOS	123	Lupo	5	14 910 733,13	2 982 146,62			2 982 146,62	11 928 586,51	20,00
10	MAISHA CONSTRUCOES	124	Lurde	5	15 036 088,99	3 505 445,51			3 505 445,51	11 530 643,48	23,31
11	VIBA CONSTRUCOES, LDA	125	Nampula	8	17 393 588,11	2 272 321,65			2 272 321,65	15 121 266,46	13,06
12	SIM CONSTRUCOES	126	Nampula	5	17 283 376,67	5 260 957,25			5 260 957,25	12 022 419,42	30,44
13	LODIWA CONSTRUCOES, LDA	127	Nampula	5	9 700 668,04	0,00			0,00	9 700 668,04	0,00
Soma						231 377 637,28	37 269 000,80	3 380 223,85	40 649 224,65	190 728 412,63	17,57

Nampula, 22 de Junho de 2022

O Gestor do FASE

Manuel Alberto

O CHEFE DO DAF

Elisio Dias Paua



GOVERNO DA PROVINCIA DE NAMÍPIA
DIRECÇÃO PROVINCIAL DA EDUCAÇÃO DE NAMÍPIA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Mapa Resumo de pagamentos dos contratos de Pontos de Lavagem das Maos - 2021

Nº de Ordem	Empreiteiro	AJUSTE DIRECTO	Designação e Localização (Distrito)	Nº de Salas	Valor da Obra/Contrato	Situação de Pagamento			Total pago	SALDO	%
						1ª Situação	2ª Situação	3ª Situação			
1	K & K Construtores		Mogincaul, Luipjo e Lande	90	1 222 590,00	870 164,87			870 164,87	352 385,13	71,18
2	Compaq Construtores				1 922 820,00	769 128,00			769 128,00	1 153 692,00	40,00
3	Michael Construtores Lda		Murrupula	107	1 222 550,00	611 218,68			611 218,68	611 331,32	50,00
4	LG				1 723 140,00	861 570,00			861 570,00	861 570,00	50,00
5	NEF Construtores				1 525 000,00	0,00			0,00	1 525 000,00	0,00
6	CS Construtores		Ribaue, Rapale, Lalaua, Malema e Mecuburi	102	2 128 279,02	845 854,48	1 064 139,51		1 909 993,99	218 285,03	89,74
7	SOGITECLda		Muecate, Nacaroa, Erati e Nacaroa	104	2 042 240,00	0,00			0,00	2 042 240,00	0,00
			SOMA		11 786 579,02	3 957 936,03	0,00	0,00	5 022 075,54	6 764 503,48	42,61

Nampula, 22 de Junho de 2022

O Gestor do FASE

Manuel Alberto

O CHEFE DO DAF

Elisio Dias Pava



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique



Department
for International
Development